



Universidade
Estadual de
Londrina

MARCELA PEDROSO DE CAMARGO

**TEMPO PEDAGÓGICO E TEMPO ADMINISTRATIVO NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

LONDRINA
2009

MARCELA PEDROSO DE CAMARGO

**TEMPO PEDAGÓGICO E TEMPO ADMINISTRATIVO NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual de Londrina.

Orientador: Prof^a. Dra. Cláudia Chueire de
Oliveira.

LONDRINA
2009

MARCELA PEDROSO DE CAMARGO

**TEMPO PEDAGÓGICO E TEMPO ADMINISTRATIVO NA FORMAÇÃO
DE PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª Dra. Cláudia Chueire de Oliveira.
Universidade Estadual de Londrina

Prof^ª. Ms. Maria José Ferreira Ruiz

Prof^ª. Ms. Adriana de Jesus

Londrina, 12 de novembro de 2009.

Dedico este trabalho a Deus *“porque o Senhor é minha força e meu escudo e Nele o meu coração confia”* Sl. 28:7, e aos meus pais Iolanda e Odair, ao meu noivo Rafael e a todos que me apoiaram em mais esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, por sempre estar ao meu lado guiando meu caminho, me auxiliando, dando-me sabedoria.

Aos meus pais, meu alicerce que sempre estiveram ao meu lado demonstrando seu amor incondicional, me dando forças para não desistir e mostrando o caminho correto a seguir.

Ao meu noivo Rafael Urbano pelo amor, dedicação, compreensão e auxílio nos momentos difíceis de elaboração deste trabalho.

Aos amigos que direta ou indiretamente me incentivaram, demonstrando sua amizade em todas as horas, especialmente Regiane Garcia Quesada minha grande amiga e a turma 2000 do curso de pedagogia (UEL) que estiveram ao meu lado me apoiando em todos os momentos.

Aos professores que fizeram parte de minha formação acadêmica transmitindo suas experiências e conhecimentos, de maneira muito especial, pois foram valiosas as contribuições.

A Prof^a. Dra. Cláudia Chueire de Oliveira, minha orientadora e amiga que me acompanhou durante o processo de construção deste trabalho, e que com imensa sabedoria e dedicação soube guiar meus passos ao caminho do conhecimento.

*“Quanto maior são as dificuldades a vencer,
maior será a satisfação” (Cícero)*

CAMARGO, Marcela Pedroso de. **Quais as relações entre o tempo pedagógico e o tempo administrativo na formação de professores?** . 2009. 67 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

Este trabalho apresenta um dos aspectos da administração que fazem parte da educação, já que o sistema capitalista contribui para que isso ocorra. Trata da questão do tempo como ponto relevante de análise. Procurou investigar a relação entre tempo pedagógico e tempo administrativo. Os objetivos do trabalho foram: “Compreender como ocorreu a incorporação dos princípios da Administração pela Educação; Analisar as implicações da Administração na formação de professores; Identificar a percepção dos alunos em relação ao tempo pedagógico e administrativo do quarto ano de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina.

O problema de estudo “quais as relações entre tempo pedagógico e tempo administrativo na formação de professores?” foi norteador do estudo. A opção metodológica pautou-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Como instrumento de coleta de dados da realidade, um questionário para alunos do quarto ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina foi aplicado. Pretendeu-se reconhecer a percepção dos mesmos sobre tempo pedagógico e tempo administrativo. Entre os resultados obtidos com esta pesquisa estão: os alunos, assim como a literatura, reconheceram a importância do tempo pedagógico, mas admitem que suas atividades sejam realizadas na maioria das vezes, com base no tempo administrativo. Além disso, destacam que o seu curso de formação permite o reconhecimento dessa contradição através do estudo que propõe. Há também o reconhecimento de que são mais críticos da questão pelo desvelamento decorrente e pelo fato de que a educação superior proporciona maiores possibilidades de formação humana aliada a perspectiva da profissionalização.

Palavras-chave: Formação de professores; Trabalho pedagógico; Tempo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade	38
Gráfico 2 - Sexo	39
Gráfico 3 - Atua na área da Educação?	40
Gráfico 4 - Função da Educação Superior na atualidade	42
Gráfico 5 - Principal desafio dos professores	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 METODOLOGIA.....	12
2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CAPITALISMO	15
3 TEMPO ADMINISTRATIVO	23
4 TEMPO PEDAGÓGICO	29
5 A REALIDADE EM FOCO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
APÊNDICE A – Questionário	66

1. INTRODUÇÃO

A literatura referente à formação de professores possui vasta e diversificada discussão. O presente trabalho, apropriando-se de tais conhecimentos científicos, tem o intuito de investigar como a incorporação de aspectos da Administração pela Educação pode interferir na formação de professores, principalmente no que tange à questão do tempo “pedagógico”.

A graduação em Pedagogia com ênfase em Orientação Educacional e Supervisão Escolar tem permitido compreender melhor como as mudanças sociais podem afetar a educação e que atitudes precisamos ter diante desta realidade de forma a buscar uma transformação, Luckesi é quem apresenta a ideia de que só é “possível compreender a educação dentro da sociedade, com seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua democratização” (1991, p. 48).

Justifico minha curiosidade em compreender qual é a relação entre as duas áreas e quais suas implicações para a formação de professores, considerando que paralelamente ao curso de Pedagogia, cursei Administração de Empresas, o que permitiu tratar dos aspectos da Administração que são utilizados pela educação, com mais conhecimento.

A apropriação dos conceitos da Administração pela Educação tem destaque no auge do capitalismo. Por volta do final século XX, flexibilização, competitividade e lucratividade passaram a ser termos da educação, pretendendo a formação de indivíduos de acordo com as exigências impostas pela sociedade, regida pelos princípios capitalistas (DUARTE, 2003). É nesse ambiente que os educadores precisam refletir sobre a atuação docente e sobre os cursos de formação de professores.

O tema em discussão pode ser considerado amplo, porque as definições acerca da questão geram muitas possibilidades de pesquisas, evidenciam um grande campo a ser explorado e permitem explanar uma gama de conceitos da Administração utilizados na formação de professores.

O propósito deste trabalho não pretende apresentar uma resposta absoluta sobre o tema em discussão, mas permitir maior conhecimento referente aos benefícios e equívocos da incorporação de temas, conceitos, práticas e idéias da Administração na Educação.

A disseminação nos cursos de formação docente dos aspectos relacionados à Administração tem na questão do tempo um exemplo de tais incorporações. O “tempo pedagógico” não existe como fato concreto. O tempo é caracterizado de forma que tudo precisa ser feito de acordo com uma padronização, não considerando as particularidades dos indivíduos e nem os meios, focando-se apenas nos fins. Portanto, generalizar administrar ativamente o tempo nos espaços escolares é adaptar condições para alcançar fins e padrões sociais previamente determinados, mas nem sempre suficientes ou desejáveis pedagogicamente.

A administração do tempo vem sendo discutida desde o taylorismo, sendo este o precursor do estudo dos tempos e movimentos no âmbito da administração (BARNES, 1977). A partir desse estudo que passa-se a valorizar a otimização e controle do tempo, tendo em vista o aumento da produtividade, ou seja, é uma forma de potencializar o trabalho para elevar a reprodução do capital em que “ o controle de tempos e movimentos é justificado como fornecedor de economia de gastos e aumento da produtividade” (HELOANI, 1996, p. 17).

De modo geral, o tempo na Administração é considerado como sinônimo de qualidade e lucratividade, já que o processo produtivo torna-se lucrativo a partir do momento em que há uma otimização do trabalho por meio de um controle maior em relação ao tempo. É nesse conjunto que a discussão do tempo pedagógico permanece enraizada, considerando a adaptação ao tempo administrativo e cronológico.

Muitas vezes, os cursos de formação de professores tem a estrutura do ideal que a sociedade exige para formar trabalhadores que atendam ao sistema produtivo, priorizando um indivíduo profissionalmente eficaz.

Embora hajam exceções, o enfoque prioritário das características da Administração na formação do educador, na maioria das vezes tem norteado a realidade escolar. Porém, é preciso que a formação do educador tenha como propósito a totalidade de processos, para que a atuação no magistério seja mais coerente

profissionalmente, possibilitando a vivência de diversificadas situações do cotidiano educacional e do tempo pedagógico na estrutura administrativa proposta para a escola. O enfoque que permite aos educadores durante sua formação a reflexão crítica para abolir a “alienação pedagógica”, é importante. No caso no curso de Pedagogia, principal local de formação dos educadores, a maneira como este é pensado, seus objetivos e sua estruturação irão designar que tipo de ser humano pretende-se formar e em que sociedade esses profissionais atuarão. Quando se aborda a maneira como os profissionais de ensino estão sendo formados Arroyo (2003, p. 103) esclarece que “[...] defender a maior seriedade no preparo profissional dos mestres é sem dúvida uma forma de construir uma escola popular e um corpo de profissionais com identidade social e política”, visto que tais características precisam servir como alicerce à formação docente, pois somente com uma formação sólida é que os professores poderão lutar para modificar a real situação educacional.

Pesquisar a respeito do tempo pedagógico permite a criação de novas hipóteses que explorem as relações entre a formação de professores e a Administração, já que diretamente, em alguns aspectos do ambiente educacional, é norteado pela concepção administrativa.

Diante do exposto, o **problema** de pesquisa pode assim ser enunciado: Quais as relações entre tempo pedagógico e tempo administrativo na formação de professores?

Portanto, o **objetivo geral** deste trabalho é:

- Caracterizar o conceito de tempo pedagógico na formação de professores.

Por **objetivos específicos** tenho:

- Compreender como ocorreu a incorporação dos princípios da Administração pela Educação;
- Analisar as implicações da Administração na formação de professores;

- Identificar a percepção que os alunos do quarto ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina têm sobre tempo pedagógico e administrativo.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa é o ponto chave do conhecimento científico. Para tanto,

a pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder as necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Varias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidá-las ou confirmá-las. (MARCONI, 1999, p. 18).

Com base nesse pressuposto há o entendimento de que a pesquisa permite que novos conhecimentos se constituam e hipóteses sejam molas propulsoras das investigações, principalmente porque “a pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 1996, p. 44).

O presente trabalho visa portanto, aprofundar estudos a respeito do tempo pedagógico e do tempo administrativo, caracterizando o tempo pedagógico diante da influência de aspectos da Administração.

A pesquisa qualitativa, opção para este trabalho, tem o fundamento em Neves (1996, p. 1) quando relata que “em certa medida, os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia-a-dia [...]”. Sendo a educação um campo de valores, os fenômenos pesquisados envolvem a própria percepção que o pesquisador tem do contexto.

De modo geral, na pesquisa qualitativa é preciso observar o método utilizado para a coleta e interpretação de dados, pois estes direcionarão a estrutura da pesquisa, visto que “os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas” (FLICK, 2004, p. 20).

Considerar tais aspectos faz parte da construção do conhecimento do próprio pesquisador que, ao refletir sobre os dados obtidos constrói seu conhecimento. Flick, (2004, p. 28) é quem apresenta a idéia de que “a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

A pesquisa qualitativa se utiliza da análise exploratória, com o intuito de compreender o fenômeno a ser estudado. A pesquisa exploratória tem o propósito de “[...] definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas idéias” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61). Sua estruturação requer planejamento e controle, pois envolve a análise de diversos fatores que precisam ser considerados em sua totalidade.

Este estudo tomou como base os preceitos da pesquisa qualitativa e análise exploratória, para reconhecer a realidade de estudo, planejar a coleta de dados, analisar e tratar as informações em questão. Considerando que a autora é aluna de um curso de formação de professores, o recorte da realidade de estudo faz parte do contexto de vida da mesma.

As percepções sobre o tema, no caso, tempo pedagógico e administrativo, surgiram das vivências como estudante, dos embates sofridos para realizar as tarefas propostas nas aulas e estágios, com leituras e discussões de textos, preparação de intervenções nos espaços educativos cujo tempo cronometrado nem sempre foi suficiente. Procurando romper com a percepção individual, o trabalho de conclusão de curso foi a oportunidade encontrada para reconhecer a opinião de outros alunos sobre o mesmo assunto e, concomitante, aprofundar estudos na literatura pertinente. O movimento proposto é portanto, das idas e vindas nas percepções, vivências e análises, e, a pesquisa qualitativa favorece muito tal condição.

A metodologia qualitativa requer que a coleta de dados, de maneira que estes dê suporte ao alcance dos objetivos. Neste caso, a coleta de dados foi realizada através de um questionário. O questionário tem por objetivo estimular os envolvidos a responderem questões sobre um assunto conhecido por eles. É uma interlocução planejada com os participantes da pesquisa (RICHARDSON et al., 1999). O

questionário permite que os sujeitos colaboradores exponham seus pensamentos de modo que o investigador possa fazer uma análise crítica de determinado fenômeno relacionado ao seu problema de pesquisa, além de permitir que novas hipóteses sejam criadas com os dados obtidos na coleta.

Neste caso, o questionário (Apêndice A) foi composto por perguntas objetivas e dissertativas, sendo no total 9 questões. As perguntas foram elaboradas a partir das leituras relativas à temática, momentos de orientação, conversas informais com colegas e indagações pessoais sobre o assunto.

Dos 155 alunos que estavam cursando o quarto ano de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina 2009, de acordo com informações dadas pelos professores do curso, alunos constantes na pauta de frequência e que estavam regularmente frequentando as aulas, destes foram questionados 93 alunos. O foco do questionário foi o de reconhecer a percepção dos alunos em relação ao tempo pedagógico e tempo administrativo, considerando que esse aspecto interfere no processo de formação, principalmente pela nova forma de organização do trabalho.

Este texto, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em itens:

O primeiro item, intitulado Introdução, pretendeu apresentar as razões para realizar a investigação bem como informar sobre a opção metodológica.

O item 2 trata das relações existentes entre a formação de professores e o capitalismo.

Já no terceiro item são analisados aspectos da Administração de Empresas tomando como norte o conceito de tempo.

O quarto item faz referência ao tempo no trabalho docente, e teve como intuito verificar a maneira como a profissão docente tem lidado com essa questão.

No item 5 há um panorama da realidade analisada, com a exposição da percepção dos alunos do curso de Pedagogia sobre o tempo pedagógico em seu processo formativo.

O último item traz as conclusões do processo investigativo evidenciado, considerando a importância de novas pesquisas com tais questionamentos nos cursos de formação de professores.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CAPITALISMO

As transformações da sociedade têm afetado a formação de professores. Tais mudanças permitiram a incorporação pela educação de vários aspectos de outras áreas. Entre elas está a Administração, que tem ganhado cada vez mais espaço no ambiente da educação. Alguns aspectos, como por exemplo, a flexibilidade, concorrência, produtividade e lucratividade são os pontos adotados da Administração pela Educação, impondo aos alunos e professores determinadas atitudes, através de ações que visem atingir propósitos focados no capital.

Esse fato é alimentado principalmente pela transformação da concepção de trabalho, que passa a ser definido pelos princípios capitalistas.

O sistema tem ditado as regras, assim a sociedade precisa estar pronta a seguir, e a educação acaba tornando-se um meio para que a dominação e o controle sejam perpetuados. Em uma análise crítica sobre o assunto, Meszaros (1981 apud SILVA; DE SORDI, 2006, p.02) “aponta que a educação tem duas funções principais no modelo de sociedade capitalista: 1. a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e 2. a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político”.

Quando partirmos para uma análise específica sobre essa afirmação, é notória a condição na qual a educação se encontra: transmitindo os ideais do Estado capitalista, busca transformação do ensino para a democratização social.

Pinto (1994, p. 31) esclarece que

[...] daí deriva o duplo aspecto do fato social da educação: incorporação dos indivíduos ao estado existente (a intenção da perpetuidade de conservação, de invariabilidade, inércia pedagógica, estabilidade educacional) e progresso, isto é, necessidade de ruptura do equilíbrio presente, de adiantamento, de criação do novo.

Mesmo considerando os limites impostos pelo capitalismo. O elo existente entre as áreas da Administração e Educação é uma consequência do sistema vigente, no qual o enfoque maior é no capital e não a formação de pessoas que sejam sujeitos de sua história social.

Porém, a partir do contexto em que instaura-se uma crise do capital, “chamada crise de dificuldades, de falta de perspectivas, [...] uma situação que está posta para o mundo em seu conjunto [...]” Saviani (1993 p. 85), há que se retomar outras discussões provenientes das ciências humanas.

Entre as discussões das ciências que tratam do homem social, um aspecto muito relevante a ser explicitado é a mudança na concepção de trabalho. Com o passar do tempo o trabalho foi se transformando, por sofrer influências econômicas, políticas, sociais e até mesmo culturais. Marx (1983) apud Oliveira (2005, p. 48) define o trabalho como sendo

a atividade que diferencia o homem do restante da natureza, pois é através dele que o homem estabelece objetivos com base em valores, busca sua concretização e firma-se como sujeito histórico, visto que traz à existência a modificação da natureza, e a si mesmo torna sujeito do próprio desenvolvimento. Com os animais isso não acontece; há somente a característica natural do suprimento de necessidades, sem história, sem modificação em essência.

Portanto, o trabalho permite ao homem manter relações com o outro. De modo geral o trabalho “engendra a vida social e, ao mesmo tempo, é por ela determinado. Assim querendo ou não, os homens, para transformar a natureza em seu benefício, constituíram ao mesmo tempo, formas de relacionamento com outros homens” (FERRETTI, 1992, p. 83).

Com o panorama de redenção ao capitalismo, o trabalho passou contribuir cada vez mais para sua própria desvalorização, através do subemprego, desemprego e principalmente a exploração daquele que possui seu único bem, a força de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 335).

Diante de tal concepção, há uma busca em formar um “novo cidadão” que esteja pronto a seguir o sistema. Ianni (2002, p. 30) expressa que

no vasto cenário mundial, nesse novo palco da história, está em curso a formação de um outro indivíduo, que pode ser um novo, diferente e problemático cidadão [...] porque o indivíduo e/ou cidadão nacional encontra-se em crise, em declínio e corre o risco de desaparecer [...], trata-se de reconhecer que os indivíduos e as coletividades, os povos e

as nações, as culturas e as civilizações, estão inscritos e dramatizados, organizados e desafiados pelas relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala mundial.

O cenário atual em que tais fatos ocorrem, comandado por uma doutrina que norteia os ideais do capitalismo, recebe o nome de neoliberalismo. Seu enfoque volta-se ao capital de tal forma que valoriza a livre concorrência, as leis naturais do mercado, o Estado mínimo, as privatizações e a desregulamentação por parte do Estado. A atual fase do capitalismo prega a concorrência global, prioriza a mundialização e a acumulação flexível por meio da criação de um monopólio das empresas transnacionais e conseqüentemente exige uma reestruturação do mundo do trabalho (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003).

Aos poucos o contexto mundial vai se adequando aos ideais capitalistas e é preciso tomar cuidado, pois muitos riscos existem, principalmente no âmbito da educação. Em relação a esta abordagem Oliveira (2005, p. 63) relata que

a complexidade que envolve a temática educação e trabalho, nos tempos atuais, manifesta-se em ações drásticas (a impetuosidade das regras implantadas sem consulta ou anuência da sociedade civil é um exemplo de 'cumpra-se!'), generalizáveis ('servem' para todo o mundo globalizado) e arbitrárias (quando, por exemplo, distorce conceitos construídos pela humanidade, tal como o conhecimento que vem sendo substituído por informação) que subordinam a educação aos interesses do capital.

Contrariando a complexidade existente entre educação e trabalho, Handfas (2001, p. 2) acredita que

processo produtivo e processo educativo, parte de uma mesma unidade, sendo este último determinado pelo primeiro, já que cabe à escola a formação da força de trabalho para inserir-se nos processos produtivos, de acordo com a divisão do trabalho determinada pela divisão de classes no modo de produção capitalista.

Acredito que focar-se apenas em determinada concepção é submeter-se à toda e qualquer situação estipulada pelo sistema vigente. Portanto, é preciso que no decorrer do processo de formação de professores haja reflexão sobre a maneira como

o sistema determina a sociedade e a educação. Desse modo, novas propostas pedagógicas devem ser consideradas, verificando prós e contras.

A educação é algo inerente ao desenvolvimento humano. Assim, exige-se maior reflexão a respeito de educação e escola. Freitas (2003, p. 26) esclarece que “é fundamental entendermos o processo histórico de distanciamento da escola em relação à vida, em relação à prática social. Esse distanciamento foi ditado por uma necessidade ligada à formação social capitalista”, de maneira que buscou-se formar o mais rápido possível, para atender as demandas produtivas, nem sempre coerentes com o pedagógico e o social.

Como forma de assegurar tais princípios, surge no âmbito do trabalho o termo “empregabilidade”, ou seja, o indivíduo deve estar enquadrado no sistema produtivo, caso contrário fará parte dos excluídos da sociedade. Dentro dessa temática, Noronha (2002, p. 75) alerta para o fato que

o indivíduo, para ser “empregável”, precisa de modo contínuo procurar a sua capacitação para que seu perfil se torne “adequado” às exigências de um mercado extremamente volátil e perverso na incorporação-exclusão dos trabalhadores do processo de trabalho.

Portanto, para o capitalismo, apenas quem estiver de acordo com as exigências do mercado é que terá um emprego, caso contrário será mão-de-obra desconsiderada, cabendo ao indivíduo reverter tal situação se desejar fazer parte da sociedade. Diante dessa situação, a procura por uma formação que seja rápida aumenta consideravelmente.

No caso dos cursos de formação de professores, muitos tem se rendido às imposições feitas pelo sistema capitalista. A preocupação central é transmitir conteúdos, independente da aprendizagem do aluno, não considerando a especificidade do conhecimento em contrapartida a informação.

A proposta de equidade exposta na legislação educacional brasileira contribui com essa situação, pois vem de forma camuflada, atender ao que o mercado estipula, como por exemplo, a concorrência e competitividade, exigindo dos professores ações que permitam que a escola ofereça profissionais que consigam atender a demanda.

Noronha (2002, p. 90) afirma que “a mudança do enfoque, do social para o individual, é traduzida no campo da política educacional pela autonomia e descentralização” levando a ausência de responsabilização por um processo formativo de boa qualidade.

Os cursos de formação de professores precisam estar atentos às mudanças, pois esta crise não é algo que terá resolução em curto prazo. Os profissionais formados, ao se deparar com essa situação, devem fazer valer os conhecimentos críticos e contextuais adquiridos durante a formação.

O momento diz que o mundo do trabalho ganhou nova significação, ou seja, uma mercadoria extremamente explorada. Com isso, os sujeitos perdem sua especificidade, pois o principal objetivo é formar pessoas que sejam capazes de atender as exigências feitas pelo sistema vigente, ou seja, que tenham grande capacidade de flexibilização, aceitam mudanças, sejam produtivos e tragam benefício ao mercado em que está inserido, em outras palavras, produzam lucratividade.

A formação aligeirada, requer os alunos capacitados à atuarem no mercado, não importando a qualidade do conhecimento, mas sim a quantidade de informações adquiridas, para que sejam transformadas em habilidades. Esta situação é priorizada pelas políticas educacionais, que trazem como pano de fundo os ideais do Banco Mundial. Muitos autores reforçam que o tecnicismo está voltando, apesar de algumas características serem diferentes daquele proposto no período de ditadura militar brasileira. Noronha expressa que,

esse novo tecnicismo, chamado de “novo paradigma” do conhecimento, leva a centralidade da educação e do trabalho nas orientações das políticas de intervenção deliberada postas em prática por organismos multilaterais como Banco Mundial; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e pelo Estado brasileiro (pólo do consentimento), na medida em que vinculam o desenvolvimento humano de forma mecânica a uma educação aligeirada e a um trabalho precarizado (reeditando a teoria do capital humano) (NORONHA, 2002, p. 71).

Esse modelo de educação e exclusão da sociedade e da própria escola, reforça para o indivíduo que é preciso que ele se torne “empregável”, ou seja, que tenha habilidades para exercer determinada função, caso contrário, será considerado incapaz para o trabalho. Nesse contexto, há que lembrar também que surgem mecanismos de apropriação de mão-de-obra “ineficiente”, como por exemplo, empresas do terceiro setor, que vinculam pessoas a estas organizações como forma de amenizar situação e enquadrar o sujeito em algum tipo de trabalho, mesmo que este seja voluntário.

Em suma, as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho são as seguintes: novas modalidades de emprego, ampliação dos serviços terceirizados, aumento da inserção da mulher ao mercado de trabalho, foco nos setores de serviços, exclusão dos jovens e conseqüentemente dos idosos, crescimento do terceiro setor e expansão do trabalho domiciliar (ANTUNES; ALVES, 2004).

Na mesma direção, pode-se verificar a subordinação presente na escola, na qual a grande maioria dos sujeitos matriculados é deixado à margem por meio das avaliações, das notas, de um currículo sem sentido e do distanciamento entre a escola e o universo vivencial do aluno, levando-o a se auto-excluir do processo educacional. Com relação àqueles que na escola permanecerem, entrarão num esquema de subordinação que se efetivará dentro e fora da escola.

Neste contexto é importante discutir sobre a valorização do tempo. Presente também no processo de formação dos educadores, é tomado principalmente como incorporação da ideologia capitalista. De acordo com Kuenzer (2002, p. 81) “é necessária, mas não suficiente, a ampliação do trabalho dos profissionais da educação. Ele deve ser fundamentado nas categorias de uma pedagogia emancipatória que tenha como finalidade superar a contradição entre capital e trabalho”. Assim, o tempo no processo de formação dos profissionais da educação deve permitir a busca por soluções que superem a degradação existente em relação ao trabalho, pois de acordo com Noronha (2002)

a observação das condições históricas atuais do capitalismo deixa claro que o mesmo processo que produz a exigência da educação continuada dos trabalhadores, para tornarem-se teoricamente empregáveis, produz cada vez mais um contingente de excluídos dessa possibilidade e um grande número de professores, precarizados por tipos de requalificação

que não os preparam para romper com sua própria marginalidade e nem com a dos alunos com os quais trabalham (p. 104).

Os cursos de formação têm papel fundamental na busca de maior conscientização dos profissionais da educação, em relação à maneira como a questão do trabalho à luz do sistema capitalista vem estruturando as regras para a educação. Muitos fatores apresentados para a educação, provenientes da área da Administração de Empresas tais como: produtividade, lucratividade e flexibilização, estipulam os caminhos do mercado e determinam que a escola deve fornecer mão-de-obra qualificada.

Considerando que o professor deve fazer uso da reflexão crítica, precisa ter claro que sujeito é e pretende formar, para qual sociedade e com quais os objetivos, por isso

é necessário, então que a escola seja representada para que ela possa transformar a informação em conhecimentos socialmente significativos para o conjunto da população. E o professor precisa ser o mediador ativo e crítico na tarefa permanente de reinterpretar os conhecimentos históricos da humanidade. Portanto, não é qualquer profissional, com uma formação aligeirada, que poderá desempenhar essa tarefa (NORONHA, 2002, p. 117).

Entre os mecanismos que permitem ao profissional a atuação crítica do ambiente educacional, está a pesquisa, pois permite reflexão que identifica limitações e indica transformações possíveis ao docente, ao aluno e posteriormente à sociedade.

Além disso, a formação de professores

na atual conjuntura política e social, nos moldes impostos hoje pelo poder público, reflete o descaso das políticas públicas, o que tem contribuído para engendrar um quadro de perplexidade no meio educacional. Instala-se, por conseguinte, um processo de crise de identidade profissional, que gera, em grande parte dos professores, uma insatisfação (MELO; DOMINGUES, 2004, p. 1).

A busca por melhorias educacionais deve superar a sensação de impotência profissional, a estagnação e o conformismo.

Os cursos de formação de professores precisam ser espaços de discussão de necessidades educacionais, locais que promovam propostas.

A organização pedagógica do tempo na formação de professores deve procurar superar a cronologia administrativa de tarefas e funções.

Finalizando este capítulo, convém afirmar novamente que se por um lado a limitação proposta pelo capitalismo, daquilo que se espera da escola, esteja posto, é ela mesma que requer novas atitudes (flexibilidades) que podem ser revertidas para o bem social.

Para tanto, a compreensão dos processos educativos escolares, em seus tempos e espaços, se faz urgente.

Os próximos itens procuram detalhar um pouco mais do assunto.

3 TEMPO ADMINISTRATIVO

A sociedade atual tem exigido cada vez mais a produtividade, sendo esta variável, a mais utilizada para alcançar a lucratividade em menor tempo. Esse princípio é decorrente do sistema empresarial que norteia todos os processos das organizações da vida contemporânea.

O tempo é um fenômeno que aparece como pressuposto essencial ao desenvolvimento das atividades dentro das empresas, visto que desde o surgimento das indústrias, não é aceito qualquer tipo de desperdício em relação ao tempo.

Mas o termo “tempo” tomou dimensões muito grandes. Apresenta-se como um campo a ser explorado. Definí-lo não é tarefa fácil e muitas áreas tentam conceituar tempo. Como exemplo, há a caracterização do tempo como “uma força psicológica fundamental em nossas vidas, uma fonte de poder que podemos controlar para que nos ajude a pensar de forma mais efetiva, a compreender nossas emoções com mais clareza e tomar decisões com mais confiança” (BERNHOEFT, 1942, p. 3).

De acordo com os relatos de Bernhoeft (1942) o primeiro registro sobre o tempo ocorreu por volta de 1143 a.C., quando um chinês que estava preso elaborou um livro (I Ching), em que evidencia a divisão do tempo em hexagramas, representando as etapas da vida do ser humano, correlacionando passado, presente e futuro.

Se voltarmos os olhos para dentro das organizações, será possível perceber a grande importância que é dado ao tempo, como algo que precisa ser bem administrado para que os erros sejam evitados nas diversas situações. Um exemplo de mecanismo que vem sendo utilizado pelas empresas para avaliar variáveis como o tempo, são as avaliações de desempenho, cujo objetivo final é mensurar a atuação de um funcionário em sua função e fundamentar os aumentos salariais, as premiações, benefícios e até mesmo as demissões (PONTES, 1989).

Cabe ao indivíduo adequar-se a esse sistema para que seja considerado eficiente e capaz, visto que os benefícios e o reconhecimento de seu trabalho serão determinados de acordo com o tempo de realização do mesmo. Nessa situação há demonstração da maneira como o trabalho vem sendo precarizado.

Entre os conceitos de tempo, está o de Bittencourt (2004, p.200) quando apresenta que

há o tempo vivido, o tempo da experiência individual [...] e também o tempo biológico, mas ao lado do tempo vivido, existe o tempo concebido, que é sistematizado pelas diferentes sociedades e tem por finalidade tentar controlar o tempo vivido. O tempo concebido varia de acordo com o tempo vivido.

O tempo que direciona as ações dentro das organizações empresariais pode ser compreendido como o “tempo administrativo”. De modo geral, é uma forma de padronização do trabalho e teve início com os estudos dos tempos e movimentos de Frederick Taylor. Barnes (1990, p. 8) diz que “o estudo de tempos é um dos elementos da administração científica que torna possível transferir-se a habilidade da administração da empresa para os funcionários”.

O principal objetivo daquela concepção era uma padronização do trabalho que buscava a lucratividade acima de tudo. Analisando a questão, é pertinente relatar que esses ideais são notórios na época atual. Apesar das transformações ocorridas na sociedade, ainda se identificam os mesmos princípios que nortearam o processo de desenvolvimento industrial no início.

Uma evidência desta influência é a maneira como a famosa frase “tempo é dinheiro” norteia a vida dos indivíduos, ou seja, as pessoas recebem determinado valor por meio da venda de sua força de trabalho e não pelo produto que gera.

Diante disso, as indagações continuam: pois o que é o tempo? Qual sua importância? Quais suas influências? Poucas vezes paramos para pensar sobre esse fenômeno que direciona nossas vidas. De acordo com Piaget apud Bittencourt (2004, p. 203)

compreender o tempo é libertar-se do presente, e esta capacidade corresponde a transcender o espaço por intermédio de um exercício de reversibilidade, remontando o tempo passado ao presente e ao futuro e ultrapassando assim a marcha real dos acontecimentos.

Na tentativa de definir o tempo, Afonso; Dunajew (2006, p. 35) nos auxiliam afirmando que

ele é a condição de tudo o que existe sem se deter no que existe, é o que origina a história sem se deduzir a ela, o que dá forma ao invisível, sendo ele mesmo invisível, enfim, trata-se daquilo que vemos e vivenciamos a todo instante, mas que não conseguimos dizer.

Geralmente, independente da definição que se dá ao tempo, há o entendimento dele a partir de uma noção cronológica, em que os fatos ocorrem em uma ordem sequencial. De acordo com esta abordagem, fragmentamos o tempo de tal forma, que não admite-se novas estruturações. O grande acontecimento que veio colaborar e sustentar tal idéia foi o surgimento do relógio, tornando-se sinônimo de tempo. Há que se considerar que esse mecanismo utilizado para medir o tempo trouxe benefícios à humanidade, porém principalmente na organização da sociedade capitalista.

Afonso; Dunajew (2006, p. 36) lembram que “em nossa vertigem contemporânea tudo parece ter se tornado bem de mercado”, de maneira que as consequências do capitalismo distorceram muitos aspectos conquistados pelos indivíduos como bens sociais. Nas palavras dos autores acima citados,

o que caracteriza nossa época [...] é a obsessão para eficiência, pela produtividade, pela técnica e pelo resultado a curto prazo. É claro que este diagnóstico não é original nem mais surpreendente, aliás, tornou-se um clichê dizer que nossa época capitalista privilegia o ter em detrimento ao ser (AFONSO; DUNAJEW, 2006, p. 36).

A visão do tempo com base na acumulação do capital apresenta a idéia de que o tempo é útil somente se estiver integrado à produtividade.

O ideal capitalista conseguiu enraizar-se de maneira que transformou diversos significados, inclusive o do trabalho relacionado ao tempo. No caso da educação, a tarefa imediata requer o atender das necessidades criadas pelo sistema vigente, buscando formar aligeiramente um cidadão, para que a demanda de profissionais seja satisfeita, sem maiores indagações de aspectos humanos ou sociais. Em outras palavras, o tempo conduz o trabalho pedagógico a ser realizado.

Para Martins (2000, p. 5) se “o tempo cumpre funções de orientação do homem diante do mundo e de regulação da convivência humana”, deveria considerar as

relações sociais envolvidas e não só mais um mecanismo de regulação do capitalismo. É nesse conjunto que há a compreensão das transformações sociais.

Considerando que a organização do trabalho é subsidiada pelo tempo, uma análise sobre a constituição deste e as modificações ocorridas decorrentes na história, remete à explanação dos sistemas taylorista, fordista e toyotista no mundo contemporâneo.

A principal idéia desenvolvida por Taylor foi a de que para ampliar a produtividade era preciso fazer com que houvesse maior controle do tempo de produção. Houve uma experiência em que foram cronometrados o tempo das atividades na produção e, ao ter os valores em mão, a gerência estipulou um tempo “real” para que cada tarefa fosse desenvolvida. A consequência é que exige que todos os funcionários não gastem tempo com qualquer outra atividade durante seu trabalho, inclusive refletir sobre isso (PINTO, 2007).

Evidencia-se desta maneira como o controle do tempo ganhou espaço no sistema capitalista e que permanece no mundo contemporâneo.

Utilizando-se de alguns objetivos tayloristas, Henry Ford estabeleceu alguns métodos em relação ao processo produtivo. De acordo com Peres (2004, p. 1), “o trabalho na era fordista, que vigorou por quase todo o século XX, caracterizou-se pela exploração intensa do trabalhador”. O grande objetivo do fordismo era a otimização do trabalho sem que houvesse aumento nos custos. Acreditava-se que “padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalanceados pelo aumento do consumo” (PINTO, 2007, p.37). A consequência direta aos trabalhadores foi a exigência de um trabalho repetitivo e cansativo. A produção em massa por meio de um sistema em série mostrou que

[...] o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado, mal-pago, intenso e embrutecedor, trabalho esse existente enquanto peça fundamental para o aumento do lucro capitalista. Quanto maior a exploração e menor a remuneração maior seria o lucro porque maior é a mais-valia, que é o ganho do capital sobre o trabalho, do trabalho sobre o não-trabalho (PERES, 2004, p. 1).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial tais ideais ganharam força. Porém, os sistemas começaram a enfrentar dificuldades durante a década de 60 porque os operários estavam sendo demitidos, já que não se adequavam ao que o sistema exigia (adequação ao controle do tempo e do trabalho). Isso ampliou o número de desemprego funcional e os operários não produziam como se esperava. Tal situação promoveu o debate sobre a política de valorização e da participação dos trabalhadores no processo produtivo. Com isso,

os capitalistas compreenderam que, em vez de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do Taylorismo e do Fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência (ANTUNES, 1999 apud PERES, 2004, p. 5).

Nota-se nesse contexto o surgimento de um novo sistema que visava atender o que os novos tempos exigem. Abre-se caminho ao sistema Toyotista como “válvula de escape” aos problemas decorrentes dos sistemas anteriores, Peres (2004) informa que

o toyotismo surgiu como solução para a crise do capital ocorrida nos anos 70. Originário no Japão, de dentro das fábricas de automóveis *Toyota*, ganhou terreno e estendeu-se pelo mundo todo. Com ele, uma nova forma de organização industrial e de relação entre capital e trabalho emerge das cinzas do taylorismo/fordismo (p. 6).

As principais exigências e/ou determinações do toyotismo são: um trabalhador flexível e apto a atuar em um meio onde mudanças ocorrem. Para Forte (1994, p. 13) “as relações foram profundamente alteradas, principalmente no que se refere a desarticulação do “trabalho rígido” que foi substituído pelo “trabalho flexível””.

Apesar da alteração de um sistema por outro, nota-se a influência que todos eles mantem até a atualidade. Como exemplo, está posto que a principal característica do Fordismo que era a produção em massa, é hoje muito notória nos meios de comunicação. Isso ocorre principalmente porque

este princípio transcendeu o espaço da produção fabril e orienta, hoje, fartamente, os meios de comunicação em grande escala, sendo a televisão e o cinema os exemplos mais típicos. No que concerne à educação da classe trabalhadora a televisão tem se constituído, nas mãos do capital, em poderoso instrumento de convencimento e de legitimação da dominação de classes, sobretudo através de programas como Big Brother Brasil, cujo espírito é o de que todos têm sua chance na vida, mas também das tele-novelas, onde a questão das classes tem sido permanentemente diluída em prol de uma suposta unidade de interesses ou de identidade entre patrões e empregados, e ainda do tele-jornalismo (SANTOS, 2007, p. 8).

Há também uma verdadeira campanha ideológica em prol da flexibilização, princípio do toyotismo visto que o controle do tempo como meio de aquisição dos ideais capitalistas tem se disseminado em muitas áreas.

As formas de caracterizar o tempo que tem norteado a educação e principalmente a ação dos profissionais da área serão abordadas na sequência, com alguns pontos relativos a tal incorporação, assim como consequências ao ambiente educacional.

4 TEMPO PEDAGÓGICO

Como dito anteriormente, o tempo é um fenômeno que tem direcionado as ações dos profissionais da educação. Se por um lado o sistema atual exige um trabalho flexível, objetivando formar um cidadão que possa adequar-se ao mercado de trabalho, por outro, o tempo norteia nossa vida e está presente em todas nossas ações até mesmo sem percebermos, pois “ele não pré-existe aos humanos, mas é produto deles [...] o tempo é produto da própria história da civilização” e com isso todos somos parte integrante do processo de construção (PONCE, 2004, p. 100).

Ao analisar o tempo na educação, e mais especificamente o tempo dos docentes, verificamos que a maneira como ele vem sendo tratado não traz bons resultados. Mais fragmentado do que deveria, os professores em sua maioria, “não dispõem do tempo suficiente para a construção de sua própria competência e a do conhecimento com seus alunos. O tempo é uma das razões de angústia para os professores” (PONCE, 2004, p. 99).

Os professores muitas vezes tornam-se reféns deste sistema de pressão em relação ao tempo. A própria estrutura escolar colabora para esta situação, não apenas no ambiente físico, mas tudo o que compõe o âmbito educacional, desde documentações até o controle de sua atuação em sala de aula. Além do fato de o tempo ter se tornado muito fragmentado, a sociedade considera o tempo como uma mercadoria.

Exige-se dos professores atividades burocráticas que muitas vezes são desnecessárias a eles, fazendo com que outras atividades importantes sejam deixadas de lado. Ponce (2004, p.99) lembra que há “um tempo que não abriga a reflexão, mais do que isso, a impede”. Se a reflexão precisa fazer parte da atuação profissional de todo educador, não pode ser excluída de forma alguma e o tempo não deve resumir-se em quantidade, mas considerar a qualidade das relações, das ações, dos processos e dos produtos educativos.

Os docentes cumprem cronogramas estipulados segundo a divisão do tempo determinado pelo sistema, não importando a qualidade dos processos já mencionados

e sim a quantidade de conteúdos previamente determinados para serem trabalhados. Isso torna o professor prisioneiro do “tempo pedagógico”, com foco na formação aligeirada dos alunos, Kuenzer (2002, p. 85) afirma que

as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a globalização da economia, com reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, e, em decorrências, as demandas que o capitalismo faz à escola .

Assim, a escola “embute em sua constituição uma maneira particular de organizar os tempos e os espaços [...] de modo a impor um único ritmo de aprendizagem a todos” (FREITAS, 2003, p. 26). O ideal do sistema vigente determina um tempo padronizado para a formação de mão-de-obra, tempo estimado pelo mercado e, para isso, “o conhecimento foi partido em disciplinas, distribuído por anos e os anos foram subdivididos em partes menores que servem para controlar uma certa velocidade de aprendizagem do conhecimento” (FREITAS, 2003, p. 27). Esta situação pode ser presenciada em diversos momentos. Como exemplo, há casos em que os professores estipulam um cronograma de sua disciplina e não admitem alterações no decorrer do trabalho, realizando somente a exposição dos conteúdos de maneira acelerada para concluir o que foi proposto. Não voltando os olhos aos objetivos determinados, desconsidera se o aluno realmente assimilou os conteúdos.

Cabe aos docentes reavaliarem sua postura, verificando se estão redendo-se ao que foi estipulado pelo sistema. É interessante colocar-se na posição do aluno, assim como analisar até que ponto sua atuação tem contribuído para a formação humana.

A fragmentação do tempo contribuiu também para o aumento da exclusão, pois o sujeito que não se adequar ao tempo escolar determinado, estará fora do mercado e estigmatizado como incapaz de seguir a ordem “natural” dos estudos.

Kuenzer (2002) acrescenta ideias à discussão do tempo pedagógico, relacionando-o ao

trabalho pedagógico [que] fragmentado, respondeu, e continua respondendo, ao longo dos anos, às demandas de disciplinamento do mundo do trabalho capitalista organizado e gerido segundo os princípios do taylorismo/fordismo, em três dimensões: técnica, política e comportamental (KUENZER, 2002, p. 85).

Há todo um sistema de submissão diante da maneira como a própria escola se organiza, pois

grande parte do tempo escolar é destinada à vivência de práticas de submissão. Tudo está previamente definido para o aluno, cabendo a ele executar. É a lógica da submissão aos tempos e às autoridades da escola. Quando muito é chamado a participar de forma “representativa”, sem poder experimentar um exercício concreto do poder que o permita tomar em suas mãos a vida escolar e aprender a organizá-la e construí-la como “sua vida escolar”. É um lugar em que aprende a futura mortificação do trabalho alienante que o espera fora da escola (FREITAS, 2003, p. 37).

O tempo pedagógico é mais uma vítima do sistema vigente, que tem estipulado regras cada vez mais difíceis de serem cumpridas. Portanto, a reflexão por parte dos educadores é fundamental para que possam analisar se sua atuação e o ambiente educacional no qual estão inseridos lhe proporcionam um tempo pedagógico significativo tanto para seu desenvolvimento profissional, como para transmitir uma formação efetiva a seus alunos.

Freitas (2003, p. 56) lembra ainda que

a formação do aluno, portanto, deve prepará-lo para entender seu tempo e engajá-lo na resolução dessas contradições, de forma que sua superação signifique um avanço para as classes menos privilegiadas e um acúmulo gradual e permanente das forças para superação da própria sociedade capitalista.

A especificidade docente acaba sendo atingida por esta situação, a educação incorpora os princípios como tentativa de escapar de danos maiores. Mas, a escola precisa ter claro que um de seus papéis é lutar contra a dominação de tais ideais. Para

Freitas (2003, p. 37) “a lógica da exclusão se completa com a lógica da submissão: melhor ainda, uma dá suporte para a outra”.

A lógica do sistema capitalista na formação profissional do educador mostra que o trabalho deve seguir determinado padrão temporal. Porém, como Oliveira (2005, p. 67) lembra, “há que se considerar que o papel preponderante que a educação escolar tem na formação dos sujeitos é verificar como referência as contradições e tensões de caráter socioeconômicas, políticas e culturais”, é preciso buscar uma reflexões em relação as concepções que norteiam tal formação.

Cabe ao professor procurar aprofundar estudos no seus processos de formação e atuação, que evidenciem caminhos de compreensão das possibilidades de tempo pedagógico voltado à boa qualidade do ensino e não mais para um tempo “alienado” do contexto histórico que se insere.

O tempo que não permite a reflexão crítica diante da realidade é o mesmo que colabora para a expansão dos ideais do mercado capitalista. O período de formação dos professores muitas vezes não escapa desta situação. A transmissão de informações torna-se sinônimo de ensino de conteúdos, pois busca-se uma formação sem a preocupação se há aprendizagem, se está sendo significativa e se contribui para atuação compromissada dos profissionais.

De acordo com Oliveira (2005, p. 70)

não se trata de recolocar o professor em novos quadros mercantis, reparar lacunas da formação inicial ou proporcionar permanente aquisição de informações, mas sim de reconhecer o processo de formação do professor junto as possibilidades e limitações concretas de seu exercício profissional, as condições de trabalho, o valor atribuído ao conhecimento produzido pela humanidade, a busca pela escola pública, laica e de qualidade, a construção de uma sociedade mais justa.

A ideia acima apresentada indica que não se trata de negar as condições atuais, mas sim buscar um olhar crítico diante da situação instaurada, pois na maioria das vezes a maneira como o professor foi educado é a forma como atuará. A estrutura capitalista tem seus instrumentos de dominação no âmbito educacional e a “superação não se limita a uma crítica difusa, mas a uma clara intenção de superar a contradição

básica: homens não devem explorar outros homens – não é ético!” (FREITAS, 2003, p. 58).

É possível identificar inclusive uma degradação no trabalho docente pois

a formação de professores na atual conjuntura política e social, nos moldes impostos hoje pelo poder público, reflete o descaso das políticas públicas, o que tem contribuído para engendrar um quadro de perplexidade no meio educacional. Instala-se, por conseguinte, um processo de crise de identidade profissional, que gera, em grande parte dos professores, uma insatisfação (MELO; DOMINGUES, 2004, p. 1).

É preciso que os cursos de formação de professores façam análises, visto que são locais apropriados para discussões referentes à especificidade do educador e educação de modo geral. É

diante dessa realidade, os cursos de formação de professores precisam construir e assumir um projeto pedagógico que possa viabilizar uma sólida formação teórico-prática dos professores, no sentido de contemplar as diferentes dimensões - científica, cultural, humana, política e ética - para que possam realmente tornar-se profissionais capazes de atuar criticamente na sociedade, com o objetivo de contribuir com a realização de processos de educação mais humanos e democráticos (MELO; DOMINGUES, 2004, p. 1).

Portanto, cabe reavaliar como o tempo pedagógico vem sendo marcado nos cursos de formação de professores, verificando até que ponto é um mecanismo de controle do trabalho, que não considera as particularidades de seus componentes de processo e finalidade, de produto e produtor das relações sociais.

A construção de uma proposta de mudança é o passo inicial, porém não basta, pois a crítica que se faz é em relação

[...] à fragmentação do trabalho e à visão dissociativa da relação teoria e prática que se estende à própria concepção do currículo e de produção do conhecimento que o permeia, e que não poderia ser superada exclusivamente por uma proposta, por mais avançada que pretendesse se constituir [...] (FREITAS, 1996, p. 80).

As relações sociais são influências notáveis na maneira como os profissionais atuarão. A concepção de trabalho que vem sendo instituída pelo sistema capitalista interfere na construção do conhecimento transmitido nos cursos de formação, portanto, Freitas (1996, p. 45) enfatiza que “o conhecimento da realidade concreta, apreensão da totalidade do objeto de estudo – a educação e a escola – e a compreensão de seus determinantes históricos representam, teoricamente, o ponto de partida para o trabalho pedagógico”.

O tempo concebido diante dessa lógica para atender as necessidades do capital vê na educação a estrutura de organização estipulada pelo sistema, em que os principais mecanismos de controle do trabalho pedagógico são:

a configuração do espaço, a distribuição do tempo, os materiais, a estrutura dos grupos, o que deve ser ensinado e aprendido, como irá ser, o ensino nos períodos fixos, o tempo de estudo em relação com a demanda e seu valor no mercado, e assim por diante (ENQUITA, 1991 apud FREITAS, 1996, p. 45).

O conformismo deve ser superado, pois há de se analisar de que a forma como o tempo pedagógico é estruturado foi definido pelo sistema capitalista e que nem sempre esta é a melhor forma de organizar o trabalho docente, já que tal situação condiz com o que o capital espera da sociedade e não necessariamente a formação do ser humano.

Durante o processo de formação dos profissionais da educação, questões como essas precisam ser discutidas. A atuação significativa requer criação de meios de superação do que vem sendo ordenado pelo capitalismo, por novos meios de organização do trabalho docente fundamentado nos princípios da existência humana.

Vale lembrar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) visam a formação de professores que “abrangerá, integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas” (BRASIL, 2009).

A formação integrada proposta pelas DCNs definem alguns pontos que devem ser considerados durante a formação do pedagogo, pois o curso deve

[...] propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2009).

Tais princípios devem ser respeitados em todos os cursos de Pedagogia. Compete portanto, às instituições de ensino superior, proporem, em seus tempos e espaços, a discussão e a efetivação de outros tempos e espaços que favoreçam os processos formadores de homens educadores.

5 A REALIDADE EM FOCO

A cidade de Londrina está situada na região norte do Paraná e conta com muitas instituições de formação de professores nas diversas modalidades. De acordo com o Instituto Nacional do Ensino Superior – INEP (2009) existem 11 instituições de ensino superior na cidade. Dentre estas, está a Universidade Estadual de Londrina (UEL) que é referência nacional de ensino superior.

A UEL foi criada em 28 de janeiro de 1970 pelo Decreto nº. 18.110, surgindo da junção de outras cinco faculdades. Iniciou suas atividades com um total de 13 cursos de graduação sendo eles: História, Geografia, Letras Anglo - Portuguesas e Letras Franco - Portuguesas, Pedagogia, Ciências (1º Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração.

Em 2009 a instituição conta com 43 cursos superiores formando profissionais nas diversas áreas, entre estes o curso de Pedagogia que teve início em 28 de maio de 1960, criado pelo Decreto Estadual nº. 29.916 (UEL, 2009).

Atualmente, o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina desenvolve suas atividades com base em dois projetos político -pedagógicos (PPP). O PPP 2005 é anterior às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e o PPP 2007 posterior, adequado as orientações legais. O projeto político pedagógico de 2005 traz algumas diferenças em relação ao de 2007, pois determina a opção de habilitações (Educação Infantil e Orientação e Supervisão Escolar), e o segundo exclui, formando o pedagogo em caráter mais generalista, conforme as novas orientações legais.

Esta investigação foi realizada com os alunos do quarto ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) de 2008, portanto aquele cujo PPP é de 2005.

Uma rápida análise do Projeto Político Pedagógico de 2005 do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina indica que o curso parte do pressuposto de uma formação integral quando traz que

Art. 2º. O curso de Pedagogia, tendo a pesquisa como princípio educativo, tem por meta a formação de um profissional que seja capaz de articular os objetivos educacionais, com base nos pressupostos sócio-históricos, políticos e culturais às diferentes abordagens metodológicas (UEL, 2009).

Para tanto, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia enfatiza que o profissional precisa receber uma formação em que teoria e prática estejam aliadas. A indissociabilidade entre a teoria e a prática na formação do pedagogo, princípio básico do curso, privilegia “o processo para que apreensão do fenômeno educativo ocorra de forma gradual, dialógica e integrada” (UEL, 2009).

Diante disso, é possível inferir que a concepção de tempo pedagógico não deveria ser linear e verticalizada, mas sim, espiralada e interdisciplinar.

Nas linhas a seguir, trataremos das percepções dos alunos do curso em relação ao tempo no processo de formação.

A coleta de dados através do questionário ocorreu em dias diversos, foi realizada nas quatro turmas do quarto ano de Pedagogia, dos períodos matutino e noturno. Obtivemos respostas de 93 dos 155 alunos que frequentam regularmente as aulas e que foram solícitos em colaborar.

As informações na sequência deste texto apresentam os dados obtidos nos questionários.

Vale ressaltar que os alunos colaboradores foram identificados somente pelo período em que cursam Pedagogia, visando garantir o anonimato dos mesmos.

A idade do grupo colaborador é variada, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

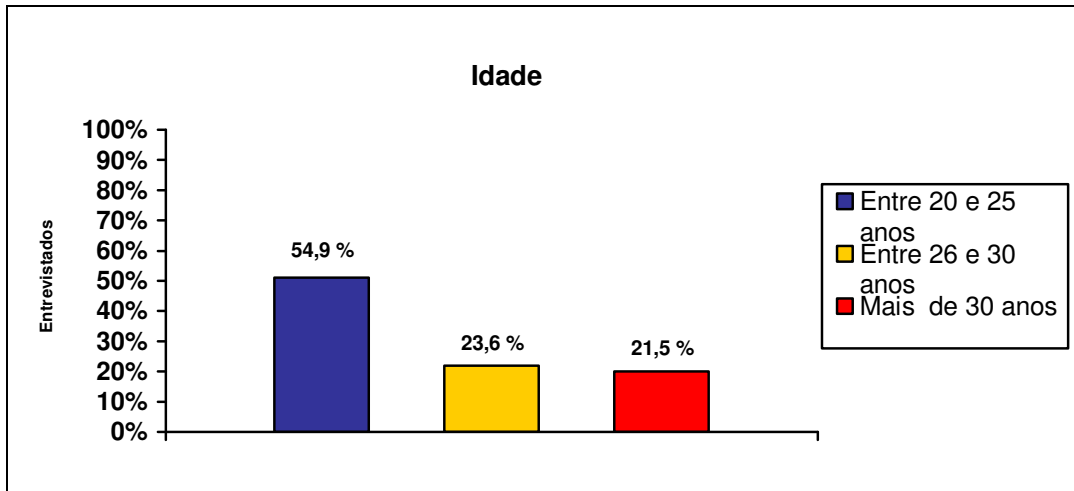


Gráfico 1 - Idade

Cerca de 54,9% dos alunos tem idade entre 20 e 25 anos. A porcentagem de pessoas com idade entre 26 e 30 anos e acima de 30 anos é semelhante. De modo geral, verifica-se que os alunos do quarto ano de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) são jovens com média inferior a 25 anos. Machado (1995 apud PIMENTA; ANASTASIOU, 2002) constatou que os alunos dos cursos superiores são jovens com menos de 30 anos. Diante disso, afirmam que, “ao entrar na de aula na universidade, o professor geralmente encontra numeroso grupo de jovens com faixa etária de 17 anos em média, bastante diferente do que, possivelmente, esperava encontrar” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.228).

Para as autoras, “[...] os alunos que chegam à universidade vem de um sistema de ensino que centralizou os esforços de seus últimos três anos escolares na direção do vestibular” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 233), o que poderá trazer problemas no decorrer da graduação, pois as exigências passam a ser outras e o acompanhamento desses jovens poderá necessitar de auxílio extra por parte dos professores.

A feminização da profissão docente é outro traço muito forte, como revela o gráfico abaixo:

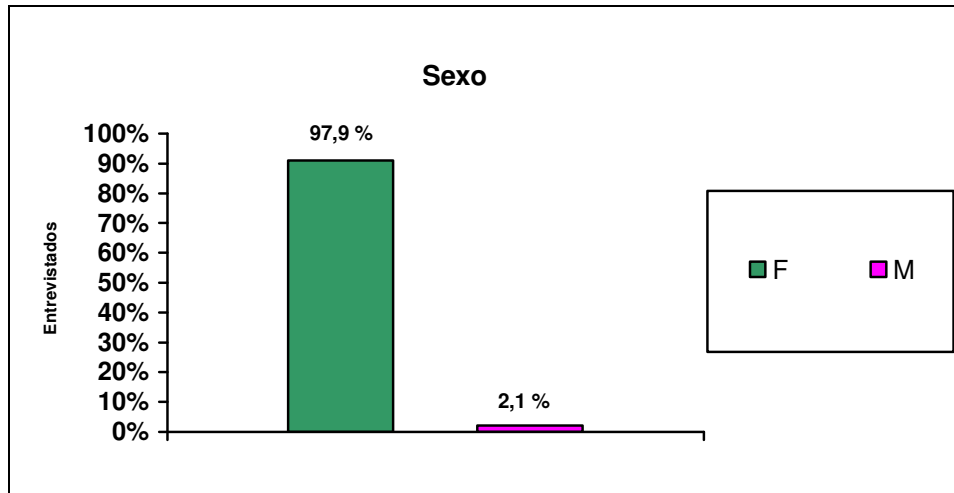


Gráfico 2 - Sexo

O gráfico 2 indica que 97,9% dos alunos do quarto ano do curso de Pedagogia da UEL são do sexo feminino e apenas 2,1% do sexo masculino. Nota-se que profissão docente ainda é tida como função das mulheres, caracterização presente ao longo da história, como relata UEKANE (2006, p. 4):

[...] pode-se observar que a questão da feminização do magistério primário estava ligada à presença das meninas nas escolas primárias, devendo este espaço ser organizado para recebê-las, tanto fisicamente quanto no que diz respeito ao recrutamento e formação de professores que ocupariam tais instituições [...] pode ser observada a construção da idéia de que as mulheres deveriam entrar para o magistério e, uma representação que ligava o magistério primário a maternidade e, portanto, a uma função feminina.

Há ainda Louro (1997, p. 88) que apresenta que

[...] as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, [...] em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes.

A posição histórico-social da mulher como cuidadora foi repassada à educação escolar. Atualmente, essa situação tem tomado outros rumos, principalmente com a

inserção da mulher no mercado de trabalho. A busca por um reconhecimento e valorização mediante o sistema econômico faz com que a mulher passe a ser vista como membro indispensável à economia, já que muitas mulheres assumiram o controle de sua família, em todos os sentidos, mas seria ingênuo afirmar que a igualdade foi conquistada, pois o sexo masculino permanece em posição diferenciada em determinadas funções.

Em relação ao magistério, esta pesquisa confirmou que há predomínio da jovem mulher nesta função.

É notório porém que novas concepções em relação ao gênero e ao magistério tragam à tona discussões relativas a superação de um estigma histórico. Somente com a profissionalização efetiva, de fato e de direito, é que haverá mudança.

Em relação a atuação profissional, os dados apresentados nos questionários mostram que há pouca diferença entre os que atuam (53,8%) e os que não atuam na área da educação (46,2%).

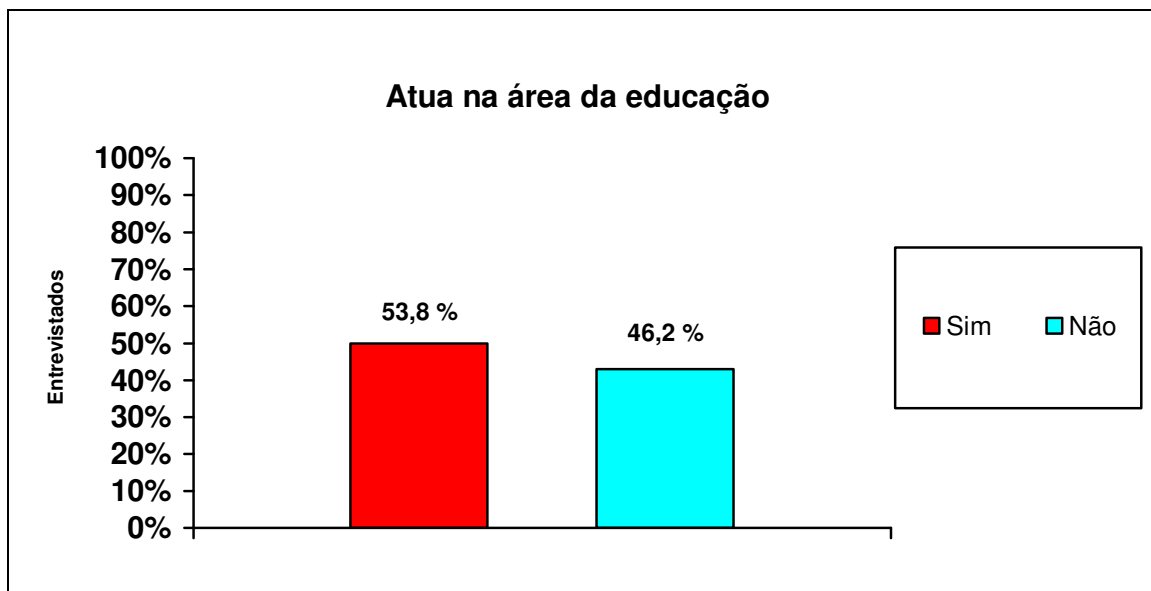


Gráfico 3 - Atua na Área da Educação?

Embora com pouca diferença, a maioria são alunos que trabalham na área da educação. Pimenta e Anastasiou (2002, p. 238) lembram que o aluno “quando atua no

mercado referente ao curso, auxilia na associação dos elementos tratados com a realidade vivenciada [...], pode tornar-se num elemento de grande contribuição no processo de relação entre teoria e prática”. As autoras enfatizam que nesses casos os professores conseguem desenvolver um trabalho mais significativo, pois o aluno expõe suas vivências relacionando-as com os conteúdos do curso.

Muitas situações vividas na atuação profissional podem ser trazidas para o curso, já que a base de formação do pedagogo é exatamente a indissociabilidade entre teoria e prática. A partir de situações, problemas, vários questionamentos surgem e conseqüentemente pesquisas que poderão contribuir com a educação.

No entanto, é preciso que o tempo pedagógico dentro do próprio curso seja discutido. Os questionamentos sobre as condições e o tempo são instrumentos de crescimento pessoal e profissional, componentes de uma relação dialética formativa.

Os dados até aqui apresentados permitiram obter uma breve caracterização dos alunos do quarto ano de Pedagogia. Na sequência, as relações entre o tempo pedagógico e o tempo administrativo na formação de professores a partir da percepção dos 93 colaboradores, será o motivo de análise.

A questão número 3, solicitou aos alunos que assinalassem, por ordem de prioridade, a função da educação superior na atualidade. O gráfico 4 ilustra as respostas obtidas em cada um dos aspectos indicados nas alternativas.

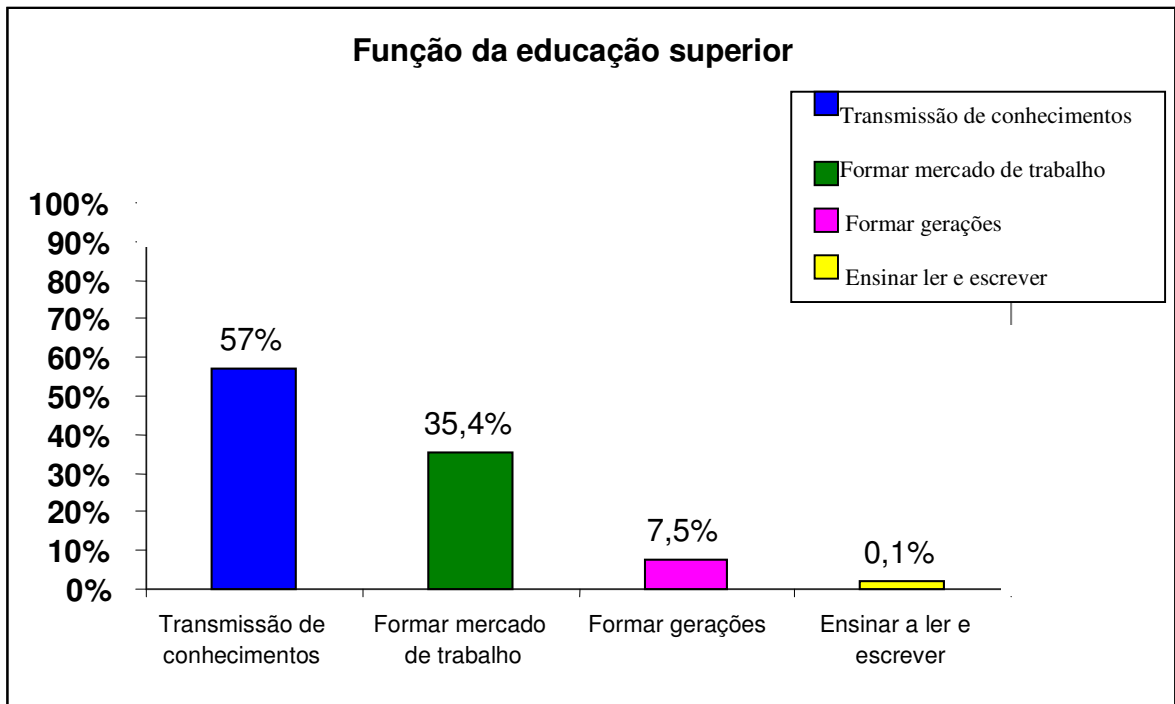


Gráfico 4 - Função da Educação Superior na Atualidade

A grande maioria, 57% dos alunos, consideram que a principal função da educação superior na atualidade é a transmissão de conhecimentos. Para Kuenzer (1998, p. 13) os espaços de ensino superior devem ser reconhecidos como

lugar de produção científica e de articulação das diferentes áreas do conhecimento, para pesquisar, propor e executar modelos de formação do educador, em articulação com a prática pedagógica que se dá nas relações sociais e produtivas em seu conjunto.

A autora considera a formação do educador como aspecto a ser tratado no ensino superior. Fávero (1992) apud Freitas (1996, p. 231) referenda a posição de Kuenzer (1998). Assim é a expressão de Freitas (1996) sobre o assunto:

a função da universidade na produção de conhecimento novo, de tecnologia, ciência e cultura contrapõe-se à concepção desenvolvimentista que concebe as instituições de ensino superior como responsáveis unicamente pela preparação de profissionais para o mercado de trabalho.

Entretanto, 35,4% dos colaboradores desta pesquisa consideram que o ensino superior na atualidade tem o foco na formação para o mercado de trabalho. O mecanismo de transmissão dos ideais capitalistas, que busca por habilidades e competências que atendam a demanda do mercado de trabalho é um dos pontos que merece discussão. Nesse contexto, novas exigências são criadas à educação, para a formação de um modelo de trabalhador e com isso

[...] novas exigências serão colocadas para a formação dos professores, principalmente, das séries iniciais do ensino fundamental. Já temos vestígios das modificações que estão sendo gestadas nos gabinetes dos setores empresariais, articulados com o governo (FREITAS, 1996, p. 232).

É possível que os colaboradores estejam vivenciando essa situação no próprio curso de formação. Porém vale ressaltar que a escolha pode também estar representando a consciência crítica dos alunos perante o que está posto, visto que compreendem o que a atualidade impõe e sabem do desafio que terão de enfrentar. Além disso, essa pode ser uma explicação para o fato de que grande maioria dos alunos colaboradores está inserida no mercado de trabalho educacional e tem contato com o que o sistema vem operando em relação às exigências profissionais.

Neste sentido, Freitas (1996, p. 237) complementa que “a perspectiva de lidar com a realidade do trabalho na estrutura social atual da universidade e da escola pública abre inúmeras possibilidades para a docência que adote uma visão crítica”.

Na seqüência, a função da educação superior na formação de gerações representa 7,5% das respostas o que mostra a confiança depositada na educação no processo de formação humana. É possível, portanto, considerar que as funções da educação superior, sob o ponto de vista dos alunos, é resultado de um processo de formação que alia a transmissão de conhecimentos já produzidos pela humanidade com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho pela tomada de posse dos conhecimentos.

É importante assinalar que este é um dado que colabora para a manutenção de um sistema de produção vigente. Embora real, não se pode perder de vista uma discussão que vá além da pontualidade do fato.

Precisamos ser profissionais envolvidos com o mundo do trabalho: aqueles que reconhecem e fazem uso da produção histórica acumulada com vistas a melhoria da qualidade de vida da população, e não com foco na exploração do homem pelo homem. A primeira posição refere-se a um tempo dialético, transformado e transformador das relações humanas na sociedade. O segundo refere-se a um tempo imediato e de sobrevivência selvagem, em que impera a prevalência do mais forte.

Poucos indicaram que a função do ensino superior é ensinar a ler e escrever, visto que colocam tal opção em último grau de prioridade.

Quando questionados se o momento atual expressa precarização ou valorização do trabalho docente cerca de 97% dos alunos indicaram precarização. Embora as justificativas fossem diversificadas, um fato chamou a atenção: o grande número de respostas que elencam o salário como principal característica da precarização. É preciso reconhecer que

[...] Esta desvalorização não é só salarial, mas tem nela o seu nó. Os ganhos atuais dos professores secundários, por exemplo, são um terço menor do que os da década de sessenta, e um décimo em relação a década de vinte.[...] mas a pior desvalorização é a social [...] (MONLEVADE , 1997 , p. 39).

De acordo com o relato de um dos entrevistados o momento é de precarização por acreditar que *“há pouca (ou quase nada) valorização da profissão docente. Não há um salário compatível ao esforço e ao grandioso trabalho de educar um indivíduo.”* (Aluno do período noturno).

Desta maneira, o salário passa a ser “um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais (SAMPAIO; MARIN, 2004).

Esta afirmação traz à tona a questão da especificidade do trabalho docente e a preocupação que os cursos de formação de professores precisam ter para que consigam atender essa necessidade profissional. Brito (1997, p. 25) traz grande contribuição ao defender que

é a formação inicial que vai habilitar para ingresso na profissão e deverá ter um preparo específico, com conhecimento que permita ao profissional a condução do trabalho pedagógico e que, portanto, esse profissional seja preparado para esse domínio, estabelecendo relações que satisfaçam as necessidades para quais foi formado.

Com isso, nota-se o importante papel que os cursos de formação têm perante seus alunos e a sociedade. As maneiras como eles se estruturam, os ideais que seguem, refletirão na atuação do profissional.

Outro relato traz como preocupação a influência do sistema vigente no trabalho docente, dizendo: *“acredito que há precarização, porém não isoladamente, ou seja, a precarização não só do trabalho docente, mas da escola e da educação em geral, é fruto de um sistema capitalista que divide o trabalho e o fragmenta”* (Aluno do período matutino). As condições de trabalho dos professores é um outro ponto que os alunos consideram como causa da precarização do trabalho docente.

Arroyo (2003, p. 115) comenta que

a organização do trabalho pedagógico passou por transformações radicais nas últimas décadas. [...], entretanto, é necessário ir além das condições de trabalho, e dar a prioridade que merecem as transformações que estão acontecendo na condição de trabalhador [...]

Há uma resposta que afirma que *“estamos num período de pré-transição. Acredito que o trabalho docente já revele indícios de um caminhar para a evolução no sentido da valorização, mesmo que na perspectiva liberal, do campo educacional e, portanto, da área docente”* (Aluno do período matutino).

A visão de que pouco a pouco as mudanças podem ocorrer, enfocam a formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, pois a educação “[...] é

um direito fundamental, porque está unido a dignificação humana, como uma de suas causas, ao entender que pelo exercício de tal direito é possibilitado a todos o enriquecimento da própria vida, dotando-a de dignidade” (SACRISTÁN, 2000, p. 45).

Os cursos de formação de professores precisam considerar possibilidades de mudança que levem a superar a alienação e a conformação em relação ao que está posto. É preciso repensar a profissão docente, nos pontos que geram precarização: alta exigência em atingir os resultados, uma formação com foco no mercado de trabalho, as longas jornadas na qual o professor é submetido, assim como o acúmulo de funções, a falta de trabalho coletivo e principalmente o baixo reconhecimento da própria sociedade perante a profissão docente, característica advinda dos princípios administrativos.

Como observado por Kuenzer (2002),

a superação, portanto da fragmentação no trabalho pedagógico só será possível se vencida a contradição entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho [...], [...] por isso basta a unificação no âmbito da formação; é preciso que esta se dê a partir das categorias que historicamente tem se construído no campo da pedagogia emancipatória, articulada às demais formas de destruição das condições materiais que geram a exclusão (KUENZER, 2002, p. 81).

Há um relato que exemplifica a discussão: *“ainda vivemos a precarização e desvalorização do professor que é submetido a um grau de exigência muito grande de resultados satisfatórios, porém, as condições de trabalho, a remuneração e a valorização dos docentes por parte dos alunos, familiares e comunidade na maioria das vezes é inexistente e precária* (Aluno do período noturno).

Devido as transformações nas condições de trabalho e da própria concepção de mundo que se estrutura através do capitalismo, exige-se uma formação/atuação baseada em competências. Todavia, há uma outra concepção que indica que o trabalho pedagógico deve buscar a superação da pedagogia das competências. Kuenzer (2002) explicita:

[...] se o trabalho pedagógico, escolar e não-escolar, ocorre nas relações sociais e produtivas e através delas, ele não está imune às mesmas determinações. Ou seja, *enquanto não for historicamente superada a*

divisão entre capital e trabalho – o que produz relações sociais e produtivas que tem a finalidade precípua de valorização do capital -, não há possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias [...] (p. 90) (grifo da autora).

Os desafios são grandes, e muitos fatores precisam ser revistos no trabalho pedagógico para que propostas sejam criadas para superação da alienação criada pelo sistema capitalista de que a educação é uma mercadoria.

Diante de tais argumentos é possível afirmar a questão do tempo pedagógico como um importante fator que deve ser discutido como contribuinte da valorização profissional docente, pois

[...] os professores tem sido profissionais desconsiderados, dos quais nunca se solicita a criação de projetos ou de alternativas para a educação. Ao mesmo tempo, sofrem uma violenta desvalorização social [...], ao mesmo tempo, são pressionados por um dia-a-dia corrido e tarefairo (PONCE, 2004, p. 99).

Assim, não se trata somente de propostas em leis e decretos. Há um relato que expressa que há *“precarização na prática e valorização no discurso. Enquanto se afirma o valor da educação, sua importância, as condições materiais/estruturais não condizem com o que se prega”* (Aluno do período matutino), permanecendo a contradição no trabalho do professor. Portanto, ações precisam ser desencadeadas para superar os desafios educacionais.

Ao serem questionados qual o principal desafio dos professores, (Questão 5 – Qual o principal desafios dos professores? – Apêndice A) obteve-se as informações a seguir:

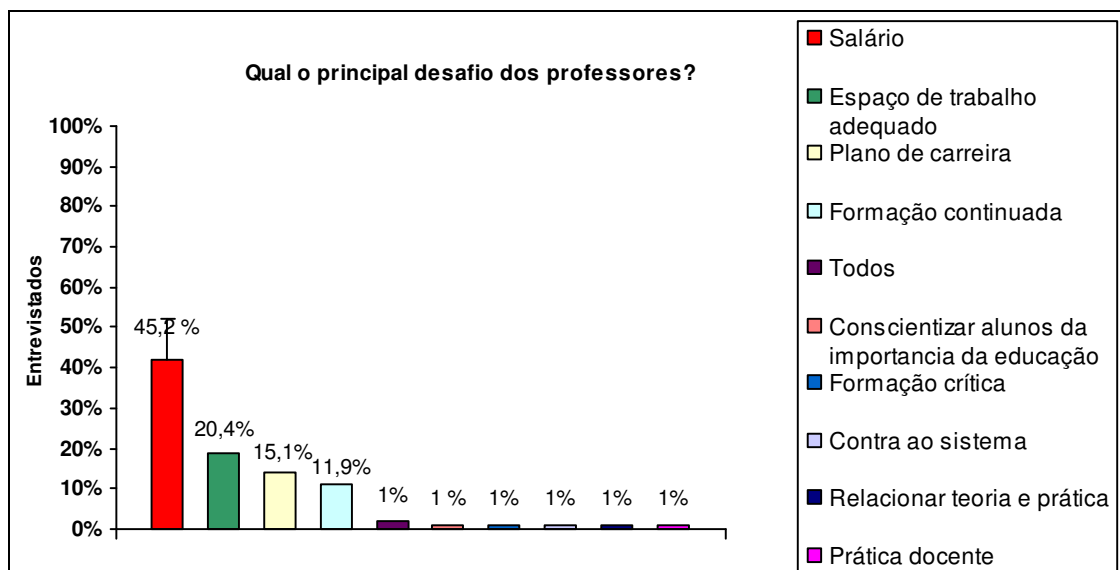


Gráfico 5 - Principal Desafio dos Professores

Novamente o salário dos profissionais entra em pauta, pode-se constatar que grande parte dos alunos elencam a questão salarial como principal desafio, representando 45,2% da amostra. Essa situação é decorrente do capital ter modificado a concepção de trabalho, em que há a venda da força humana como mão-de-obra exploradora e precarizada. Ao considerar o trabalho como desafio verifica-se que o trabalhador o tem como meio para realização pessoal e profissional. Antunes (2002) considera os perigos do trabalhador consumir-se em seu trabalho, tecendo o seguinte comentário:

[...] nesta era da sociedade do *entertainment*, do qual o shopping center, este verdadeiro templo de consumo do capital, faz aflorar, com toda evidência, o sentido de desperdício e de superfluidade que caracteriza a lógica societal contemporânea; o que as classes proprietárias tem em abundância, de modo compulsivo, a maioria dos que vivem do seu trabalho (ou que dele são também excluídos) não pode sequer ter acesso visual. Nem mesmo no universo do imaginário [...] (ANTUNES, 2002, p. 35).

A questão salarial dos professores no Brasil não é boa, se comparada a importância da profissão. Porém já houve um avanço. De acordo com a Lei nº 11.738 sancionada em 16 de julho de 2008 haverá “ piso salarial profissional nacional para os

profissionais do magistério público da educação básica”. O piso salarial instituído em R\$ 950,00 (Novecentos e cinquenta reais) já enfrenta posições contrárias pois alguns Estados brasileiros moveram ação contrária a tal lei (BRASIL, 2009).

Os questionamentos em relação à forma como o poder público considera a profissão docente e os desafios que precisam ser superados para que a profissão passe a ter seu devido valor, envolvem a melhoria em relação ao aspecto salarial. Nas entrelinhas, se a Lei vem atender minimamente um padrão razoável, por outro lado estão mascarando a realidade, se considerando que o valor definido não é suficiente para subsidiar a vida pessoal e a complexidade de formação continuada da profissão.

Outro item que obteve grande escolha (20,4%) foi a ausência do espaço de trabalho adequado. É necessário ressaltar que condições não são apenas relacionadas ao ambiente físico, mas também o tempo destinado para organização do trabalho pedagógico.

Ponce (2004, p. 99) afirma que “o professor não dispõe de tempo suficiente para a construção de sua própria competência e a do conhecimento com seus alunos”.

O plano de carreira (15,1%) e a formação continuada (11,9%) também foram elementos escolhidos pelos alunos como desafio aos professores. A formação continuada precisa ser vista como meio para

proporcionar novas reflexões sobre a ação profissional, e novos meios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, considerando que o conhecimento produzido na formação inicial, na vivência pessoal e no saber da experiência docente deve ser repensado e desenvolvido na carreira profissional (BRITO, 1997, p. 30).

O espaço da produção profissional deve ser entendido em um conjunto de condições de trabalho. São condições físicas e estruturais como salas sem excesso de alunos, prédios e equipamentos adequados, salas de estudo e permanência dos professores para os trabalhos de planejamento, etc. Mas também são condições de profissionalização, ou seja, carreira, formação continuada, participação ativa na produção do conhecimento da área de atuação. O tempo, como aspecto importante dessa produção também encontra desafios de superação.

Quando indagados sobre como se dá a organização do tempo nas ações educativas, com o propósito de analisar o tempo pedagógico no trabalho docente e no processo de formação, 49,5% dos alunos caracterizaram o tempo como razoável nas ações educativas. Justificaram tal escolha pelo fato de ser preciso uma melhor organização por parte do professor e da escola em geral. Além disso, expressam que há um acúmulo excessivo de funções que os professores precisam exercer. Um dos colaboradores afirma que *“o professor [...] tem muitas obrigações, funções para se passar, mas o tempo não é suficiente”* (Aluno do período noturno).

Freitas (1995) nos lembra que

[...] o trabalho educativo, resultado do trabalho do homem no processo de apropriação da natureza com todas as possibilidades de ampliar o conhecimento e desenvolver-se cientificamente, é movido com o contraponto direto de execução de práticas artificiais, em modelos que imprimem a marca da adaptação das relações sociais de produção dominantes.

O tempo cronometrado e classificado em etapas e/ou atribuições não garante que as atividades sejam realizadas de forma significativa. Ponce (2004, p. 109) faz uma análise do tempo como liberdade e afirma que “dispor de tempo para se construir e ao seu trabalho é vital para a construção do profissional da docência”. Este princípio necessita ser trabalhado nos cursos de formação, é fundamental que se analise não apenas o ambiente de sala de aula, mas também seu entorno social.

Ao fazer referência à forma como o tempo pedagógico vem se apropriando dos ideais do capital, Freitas (1996, p. 91) narra que

[...] é a comercialização do saber, a desvalorização do conhecimento que instala a noção de imediato e retira o tempo que permitiria compreender a natureza e as relações do trabalho pedagógico na sala de aula e na própria sociedade, concreta e historicamente, objetivando o seu trabalho de maneira crítica e com possibilidades transformadoras.

Em concordância a tal afirmação, pode-se dizer que

o tempo de trabalho [...] concebido como um 'tempo zero'. Zero porque se substitui o conhecimento obsoleto pelo novo conhecimento e recomeça-se o mesmo processo como se não houvesse história; zero porque o tempo transcorrido de exercício profissional parece nada ensinar. A cada ano letivo, uma nova turma, um novo livro didático, um novo caderno intacto. Zerado o tempo, está condenado a mesma repetição, começando sempre do mesmo marco inicial (COLLARES; MOYSÉS; GERALDI, 1999 apud OLIVEIRA, 2005, p.91).

Vale a pena destacar que os 49,5 % dos colaboradores que responderam que o tempo é refém da burocracia e que precisa ser apropriado de outra maneira, argumentam que os professores têm seu trabalho focado nos cronogramas em detrimento da aprendizagem dos alunos. Muitas vezes, os professores não conseguem dar conta de seu trabalho, levando-o para casa. Há um relato que manifesta que: *“a maioria dos professores se organizam, mas não tanto o quanto poderiam ou deveriam, porque se ele for fazer de tal forma terá que levar trabalho para casa, além do que, muitos estão cansados, desgastados pelos salários baixos e a desvalorização da profissão e acabam fazendo de qualquer jeito o trabalho pedagógico”* (Aluno do período matutino).

Sobre esse aspecto Noronha (2002, p. 109) esclarece que, “[...] a não aceitação da concepção do tempo abstrato, linear, como um continuum desarticulado da realidade objetiva possibilitou o emergir de seu caráter econômico, político e cultural”. Isso significa que é preciso romper com o ideal burguês de tempo, para que os professores trabalhem na práxis, valorizando a qualidade do ensino. Freitas (1996, p. 152) resume com clareza que “o tempo é determinante como possibilidade/impossibilidade de se estabelecer uma relação de unidade entre teoria e prática”, pois a maneira como o tempo é organizado passa a estipular a forma como o trabalho será desenvolvido.

Outro grupo, 36,5% dos colaboradores identificam que o tempo nas ações educativas é inadequado porque além dos itens citados na alternativa anterior, falta de tempo para os professores elaborarem seu planejamento. Um dos alunos relata que *“o tempo é cansativo e exaustivo tanto para professores, quanto para os alunos. O problema não são as 4 horas de aula, mas como é organizado este tempo onde*

professor e aluno cumprem rigorosamente a mesma situação todos os dias.” (Aluno do período noturno).

Vale ressaltar que na discussão proposta até o momento, não se está questionando a cronologia em si, mas o contexto no qual se estruturou e que fins estão sendo assumidos dentro do sistema atual, com exigências feitas à educação para adequar-se a tal padronização da produtividade.

A opção que considera o tempo como inexistente foi escolhida por 7,5% dos colaboradores e as principais justificativas giram em torno da questão do tempo pedagógico ser visto como restrito a sala de aula, o que não permite ao professor valorizar o tempo para o planejamento. Para um dos alunos *“o trabalho do professor não baseia-se em apenas dar aulas. É preciso fazer planejamentos, correções de provas, etc., que não dá tempo de fazer dentro da carga horária na escola, sendo realizado em casa.”* (Aluno do período matutino).

Fica, portanto, a certeza de que

esta realidade explica, em parte, a situação contraditória que o professor enfrenta cotidianamente, com seu trabalho pedagógico e sua sobrecarga horária. O tempo – que lhe falta para planejar as aulas – não lhe permite debruçar-se sobre seu trabalho e exercer uma reflexão crítica sobre o mesmo, entender a totalidade em que se insere: quem são seus alunos, que lugar ocupam na sociedade, as relações entre o trabalho pedagógico que desenvolve as relações de trabalho que seus alunos estabelecem ou irão estabelecer na sociedade capitalista [...] (FREITAS, 1996, p. 111-112).

Já a alternativa “tempo adequado” foi a selecionada por 6,5% dos alunos. A justificativa desse grupo identifica que a rotina e a organização são necessárias, o que leva a crer que racionalizando o tempo pedagógico de acordo com o tempo administrativo, há suficiência. Um aluno descreve que *“a organização existente não se configura como um problema para a educação”*. Na verdade a organização é um ponto positivo, mas, o que é preocupante é a forma como essa organização tem se rendido aos princípios do capitalismo, com enfoque quantitativo nas ações e resultados obtidos.

Como proposta aos cursos de formação de professores para superar os problemas do tempo pedagógico Freitas (1996, p. 232) diz que é preciso

criar condições de produção de novos conhecimentos tendo como base a vivência do trabalho e a análise e compreensão de seus determinantes históricos parece-nos um caminho a ser trilhado pelos alunos de pedagogia de modo a superar as visões pragmatistas e imediatistas, enfrentando as tendências (neo)tecnicistas que estão ameaçando voltar ao pensamento pedagógico brasileiro.

Essa afirmação reforça a idéia de que os cursos de formação de professores é o *locus* para discussões e questionamentos sobre aquilo que está posto, assim como, buscar medidas de superação dos problemas pedagógicos.

A questão número 7 “Como você define tempo?” procurou compreender como as pessoas definem o tempo. As respostas obtidas indicam que esse termo é associado ao principio cronológico, principalmente visto como “horas”. Entre os termos utilizados pelos alunos para definir tempo, estão: “dominação; medida; períodos determinados socialmente; organização; padronização; algo relativo; convenção social; necessita ser administrado; relacionado a história”. Muitos dos termos são associados ao objeto relógio,

[...] invenções humanas já incorporadas no mundo simbólico do homem como forma de orientação e integração de aspectos físicos, biológicos, sociais e subjetivos. Porém, quando se esquece que são invenções humanas e históricas, de como ou porque os primeiros relógios foram construídos e das transformações que sofreram, é provável que tais construções sejam abordadas como se tivessem existência natural, alheia ao homem (ELIAS, 1989 apud MARTINS, 2000, p. 9).

Visto como perspectiva do sistema capitalista, com a implantação de máquinas para substituir o trabalho do humano, passou-se a organizar (cronometar) passo a passo o trabalho do homem, na fábrica e fora dela. Até mesmo o dicionário traz uma definição com tais características, pois o conceitua como “sucessão de dias, horas, momentos, período; época; estado atmosférico; estação ou ocasião própria [...]” (BUENO, 1996, p. 635).

O tempo assume uma característica social quando é entendido como uma “*construção humana para organizar as diversas atividades do ser humano*” (Aluno do

período matutino), ou quando apresenta-se com *“grande importância desde a Revolução Industrial até atualmente, o tempo condiciona as pessoas que ficam presas a ele e dependem dele para realizar todas as suas ações”* (Aluno do período matutino).

Os depoimentos dos colaboradores mostram que o tempo é um mecanismo de controle e dominação que pode fazer com que o ser humano fique preso a um condicionamento, mas também como possibilidade de liberdade se considerado uma construção humana.

Quando faz-se uma análise das representações que construímos em relação ao tempo, Pino (2003, p. 50) lembra que

na simplicidade de suas experiências, o tempo aparece ao homem comum como constituinte da própria existência, seja que ele sinta o tempo como o vento que impulsiona as velas do barco da vida numa única direção, seja que experimente o tempo como um túnel imenso pelo qual tudo tem que passar, particularmente ele.

Tempo é uma convenção social. Algumas vezes toma proporções que podem trazer problemas ao ser humano, principalmente quando o controle é predominante sobre as demais condições.

Conhecer a concepção de tempo dos alunos foi importante para analisar o tempo no trabalho pedagógico. Vale recordar que alguns alunos expressaram suas opiniões até mesmo indicando que o tempo não existe, quando há acúmulo de atividades desenvolvidas pelo docente.

Grande parte das respostas dos questionários indicam que o tempo deveria considerar o trabalho do professor nas elaborações e realizações de atividades: *“é um tempo para que o trabalho pedagógico seja feito de forma adequada e qualitativo. O tempo no trabalho pedagógico geralmente é escasso, fazendo com que este trabalho nem sempre seja de qualidade”* (Aluno do período noturno).

Essa situação passa a ser reforçada, principalmente a partir do princípio de que o tempo, em nossa sociedade, é tido como meio de dominação, está fundamentado nas raízes do sistema capitalista. A falta de organização do tempo pedagógico pela

ausência de correspondência com o tempo administrativo trazem como consequência o acúmulo de trabalho.

Portanto, diante das respostas obtidas, é possível verificar que os alunos consideram que o tempo no trabalho pedagógico está precarizado, quando deveria servir para buscar melhorias da prática docente, para além do trabalho em sala de aula.

O trabalho pedagógico possui especificidades de planejamento e ação. Os cursos de formação de professores necessitam abordar tais pontos para que a submissão aos ideais capitalistas seja superada, por isso, “é preciso travar novas batalhas num plano e num sentido teórico e metodológico, histórico e pedagógico com o objetivo de construir uma utopia histórica diferente desta que o capitalismo quer que se creia ser a melhor para todos” (NORONHA, 2002, p. 115).

A percepção dos alunos exposta nos questionários demonstra que compreendem a realidade da especificidade do trabalho pedagógico e da formação correlata do

[...] docente, [que] requer uma formação ampla que o habilite à tarefa complexa de ensinar no mundo de hoje, que possa ter uma compreensão histórica dos avanços da ciência e das novas tecnologias e não uma formação de tipo técnica que pode ser dada em qualquer curso [...] (NORONHA, 2002, p. 117).

O curso de Pedagogia é um dos locais que permite reflexões críticas em relação ao trabalho docente, favorecem mudança nas concepções de mundo, sociedade e educação e permite novas formulações para formação dos sujeitos, além de desvelar que

a pretensão é de que os sistemas educativos qualifiquem o trabalhador diante da nova organização do trabalho fazendo-o preferencialmente por meio das informações da *web* como forma de diminuir os custos. Justificando essa sociedade em bases de “recursos imateriais”, a informação, a comunicação e a lógica são fundamentais e caracterizam a sociedade do conhecimento (OLIVEIRA, 2005, p. 61).

Diante da lógica capitalista, a formação de professores tem passado por grandes mudanças. O aspecto notório da formação a partir das competências, (lógica neoliberal) busca uma formação aligeirada para professores.

O princípio de formação para a compreensão das relações sociais a qual os sujeitos estão inseridos é ponto ideal para que haja uma formação significativa. Não basta olhar para a realidade e lamentar a situação, é necessário que se construam conhecimentos com suporte científico para que soluções sejam criativas. Essa é a contradição existente. Esse é o movimento dialético possível. Reconhecer a realidade apropriar-se dela também pelo mundo das idéias e conseqüentemente intervir com ações mediadas por mudanças.

Baseado nesses pressupostos é que o curso de Pedagogia ganha destaque, já que precisa atuar diante de seus alunos como caminho para construção de novos ideários que rompam – mesmo a longo prazo – com aquilo imposto à sociedade pelo sistema capitalista. Os cursos de formação de professores formam profissionais que sejam agentes de transformação. Educar é escrever a própria história. Escrever a própria história é transformar-se.

Ao defender esse posicionamento nos cursos de formação é preciso lembrar que

tal concepção admite, para o processo de formação do professor, o caráter de apropriação da história, através da relação entre os homens e a apropriação/transformação da realidade. Trata-se de participar de um processo histórico, coletivo, social de objetivação singular da produção da humanidade. Para tanto, todas as dimensões – cognitivas, científicas, culturais, políticas - devem ser consideradas no processo de formação (OLIVEIRA, 2005, p. 93-94).

A formação profissional não pode permanecer apenas em análises práticas, mas sim contemplar uma visão do todo, sendo que

de pouco ou nada servirá a defesa da tese de que formação de professores no Brasil deva ser feita nas universidades, se não for desenvolvida uma análise crítica da desvalorização do conhecimento escolar, científico, teórico, contida nesse ideário que se tornou dominante no campo da didática e da formação de professores [...] De pouco ou nada servirá mantermos a formação de professores nas

universidades se o conteúdo dessa formação for maciçamente reduzido ao exercício de uma reflexão sobre os saberes profissionais, de caráter tácito, pessoal, particularizado, subjetivo etc. De pouco ou nada adiantará defendermos a necessidade de os formadores de professores serem pesquisadores em educação, se as pesquisas em educação se renderem ao 'reco da teoria' (DUARTE, 2003 apud OLIVEIRA, 2005, p. 94).

Há um longo caminho pela frente, porém as lutas não podem cessar. Os cursos de formação de professores devem ter como ponto de partida as análises das relações entre trabalho e educação. Trabalho pedagógico e formação profissional na atual conjuntura sociopolítica, são fundamentais à formação docente transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi buscar explicar de forma geral, sem buscar respostas absolutas, as relações entre o tempo pedagógico e o tempo administrativo na formação de professores. Tal questionamento surgiu da percepção que constantemente nos depararmos na educação com aspectos de outras áreas, sendo que a administração ganha destaque no momento vivido pela sociedade capitalista na qual estamos inseridos.

O fato de ter cursado Administração de Empresas e estar familiarizada com aspectos referentes à área favoreceu o desenvolvimento de uma pesquisa que englobasse pontos da Educação e da Administração.

Com esta pesquisa foi possível verificar como a Pedagogia tem lidado com o assunto, através da percepção dos alunos em relação ao tempo pedagógico e tempo administrativo.

O sistema capitalista cujo foco está a manutenção do capital, se utiliza da educação como meio de disseminar seus ideais. Os cursos de formação de professores precisam estar cientes de que há uma busca para perpetuação de tais princípios e permitir aos alunos a reflexão crítica sobre o assunto. Considerando que muito dos cursos de formação estruturam-se a partir das necessidades exigidas pela sociedade e no mundo contemporâneo busca-se atender aquilo que o sistema produtivo exige, é importante que os educadores não sejam reféns desse sistema, já que seu trabalho está constantemente sendo afetado por essa dominação.

Diante desse panorama, o presente trabalho caracterizou a questão do tempo, por ser um dos principais pontos advindos da lógica administrativa e que interfere na formação de professores. Para que esse objetivo fosse atingido foram elencados alguns caminhos a serem percorridos, entre eles, compreender como ocorreu essa incorporação pela educação dos conceitos administrativos, e as consequências para a formação de professores.

Visando reconhecer a realidade em que me encontro, um questionário para alunos do quarto ano de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

buscou identificar a percepção dos mesmos em relação aos tempos pedagógico e administrativo.

A análise dos dados obtidos com auxílio da literatura pedagógica, permitiu atingir os objetivos propostos, trazendo novos questionamentos e discussão de temas pertinentes.

Identificou-se na presente pesquisa a importância dos cursos de formação de professores enfatizarem e transmitem aos alunos a necessidade de valorizar o tempo pedagógico. Para isso, é preciso, no entanto, ter claro a concepção de tempo e de tempo pedagógico.

A questão do tempo embora apresente inúmeras concepções, como foi demonstrado no decorrer do trabalho, tem em relação à maneira como os alunos concebem o termo, o conceito de construção humana.

O principal enfoque deste trabalho é que destacar essa percepção, porque o tempo faz parte da existência humana, sendo o homem seu principal idealizador. Cabe ao homem dar direcionamentos para que o tempo seja aproveitado da melhor forma possível. O equívoco que se apresenta a partir do advento do capitalismo é o de tornar o tempo como uma ferramenta de controle, isto é, fazer com que se perca o sentido humano e passar a ser concebido como meio de dominação de poucas sobre o trabalho de muitos.

Quando esses princípios atingem o ambiente educacional, tudo passa a ser controlado, a subjetividade humana é deixada de lado, de modo que a famosa frase "*tempo é dinheiro*" ganha destaque e passa a reger a vida dos sujeitos. Foi possível estabelecer um panorama em relação à forma como o tempo é concebido, e a maneira como isso interfere na formação de professores, já que muitas das falas dos alunos giram em torno da submissão ao sistema capitalista.

Um ponto importante é que os alunos demonstraram estar conscientes deste cenário, o que nos faz pensar que poderão buscar estratégias que superem a perpetuação da exploração do capital em detrimento da existência humana.

Há que relatar também que uma das dificuldades foi descrever as características do tempo pedagógico, pois ainda é pouco desenvolvido, o que tornou um desafio a mais e que pouco a pouco foi sendo superado.

A constatação de que a relação entre a área administrativa e o ambiente educacional é muito forte, mostrou que o sistema conseguiu instaurar-se sutilmente na sociedade, e hoje dita as regras as quais ela deve seguir. A implantação dos princípios como flexibilização, lucratividade, competitividade, trabalho em equipe, entre outros, de maneira que mascara a permanência da manutenção do capital.

A maneira como os professores são afetados com essa condição é intensa, já que muitos não conseguem dar conta de seu trabalho, rendem-se a uma formação aligeirada, e como consequência perdem de vista o caráter social da profissão docente.

Submetem-se ao que está posto, pois não vêem possibilidades de mudanças, se estagnaram.

Até mesmo durante a aplicação do questionário notou-se essa dependência em relação ao tempo cronológico, herdado do sistema burguês, pois uma parcela expressiva dos alunos se recusou a responder o instrumento, com argumentos de que precisam dar conta de outros afazeres do curso.

Inicialmente tal ponto apresentou-se como uma angústia, porém no decorrer da estruturação do trabalho tornou-se motivo de reflexão, pois foi identificado que apesar dos alunos estarem conscientes da importância do tempo pedagógico, os problemas vivenciados pelos próprios professores, como por exemplo, o acúmulo de tarefas, envolve a escassez do tempo necessário.

Esse trabalho possibilitou voltar os olhos para a concepção de tempo que norteia nossas ações, já que muitas vezes nos focamos somente na concepção cronológica, deixando de lado que ele faz parte da construção humana.

Se passarmos a valorizar o tempo pedagógico e lutar para que ele se efetive, será possível reavivar, entre muitas necessidades, a valorização do trabalho docente em todos os sentidos. A formação de professores é o ambiente propício para que se inicie essa jornada viabilizando tal proposta.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Marcos Lemos; DUNAJEW, Tatiana Silva. **Tempo**: administração e abstração. Goiânia: Veredas, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados HISTEDBR, 2002. p. 35-44.
- ARROYO, Miguel Gonçalves. Quem de-forma o profissional do ensino?. In: VIELLA, Maria dos Anjos. **Tempo e espaços de formação**. Chapecó: Argos, 2003. p. 103-118.
- BARNES, Ralph M. **Estudo de movimentos e de tempos**: projeto e medida do trabalho. 6. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977.
- BERNHOEFT, Renato. **Administração do tempo**: um recurso para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional. São Paulo: Nobel, 1942.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Piso salarial profissional nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12253&Itemid=86>. Acesso em: 14 set. 2009.
- BRITO, Ana Rosa Peixoto de. Agências formadoras e sindicatos: as novas demandas na formação profissional do educador (1). **Cadernos de Educação**: Profissionalização dos Educadores em Educação, Brasília, v. 2, n. 6, p.25-31 , 1997.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.
- DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de orientação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução á pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORTE, Charles Penna. **Do fordismo ao pós-fordismo: uma visão da acumulação flexível.** 1994. Disponível em: <http://www.charlespennaforte.pro.br/acessoexclusivo/bancodetextos/fordismo_e_posfordismo.htm>. Acesso em: 5 nov. 2008.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação: confrontos de lógicas.** São Paulo: Moderna, 2003.

HANDFAS, Anita. **Considerações sobre as mudanças nos processos produtivos e a formação profissional do trabalhador.** 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/anitahandfast09.rtf>>. Acesso em: 12 out. 2008.

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IANNI, Octávio. O cidadão do mundo In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação.** São Paulo: Autores Associados HISTEDBR, 2002. p. 27-34.

INSTITUTO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR – INEP. **Instituições de ensino superior.** Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp>. Acesso em: 23 jun. 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação dos educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-125, 1998.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** São Paulo: Autores Associados HISTEDBR, 2002. p. 77-96.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Mônica Mastrantonio. A questão do tempo para Norbert Elias: reflexões atuais sobre tempo, subjetividade e interdisciplinaridade. **PSI - Revista de Psicologia Social e Institucional**, Londrina, v. 2, n. 14, 2000. Disponível em: <<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n14.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

MELO, Geovana Ferreira; DOMINGUES, Maria Hermínia. **Formar professores: para que? Para quem?** 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt08/p082.pdf>. Acesso em: 26 set. 2008.

MONLEVADE, João. Professor ou magister?. **Cadernos de Educação: Profissionalização dos Educadores em Educação**, Brasília, v. 2, n. 6, p.38-43 1997.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2008.

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas neoliberais, conhecimento e educação**. São Paulo: Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Cláudia Chueire de. **Formação superior de professores através de mídias interativas**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas**. 2004. Disponível em: <http://www.unopec.com.br/revistaintellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Marcos.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINO, Angel. Tempo real, tempo vivido, representações do tempo. In: ROSSI, Vero Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (Org.). **Quanto tempo o tempo tem**. São Paulo: Alínea, 2003. p. 49-62.

PINTO, Álvaro Vieira. Coceito de educação, forma e conteúdo da educação e as concepções ingênua e crítica da educação. In: **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PONCE, Branca Jurema. O tempo na construção da docência. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente**. Curitiba: Champagnat, 2004. v. 1, p. 99-114.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Avaliação de desempenho**: uma abordagem sistêmica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACRISTÁN, Jose Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: IMBERNON, Francisco. **A educação no século XXI**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 37-63.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, 2004.

SANTOS, Ariovaldo. **A ideologia do capital na educação do trabalhador**: Taylor, Ford, Ohno. 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m3c2.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Algumas tarefas urgentes e necessárias. **Impulso**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 83-93, 1993.

SILVA, Margarida Montejano; DE SORDI, Mara Regina Lemes. **A organização do trabalho pedagógico**: limites e possibilidades do curso de pedagogia. 2006. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT08-2334-Res.pdf>. Acesso em: 5 out. 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf>. Acesso em: 5 out. 2008.

TEMPO. In: BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996. p.635

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL. **Uel em dados**. Disponível em: <www.uel.br/prograd>. Acesso em: 11 jun. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário



Centro de Educação Comunicação e Artes
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia

Prezado(a) Colega,

Este questionário é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo título é **“As relações entre o tempo pedagógico e o tempo administrativo na formação de professores”**. Tenho por objetivo estudar questões relativas ao tempo pedagógico na formação de professores.

Venho solicitar sua colaboração em responder às perguntas com sinceridade. Não é preciso se identificar. Todas as informações serão utilizadas somente com fins acadêmicos.

Obrigada,

Marcela Pedroso de Camargo

1) Dados de identificação

Idade: entre 20 e 25 anos Sexo: F M
 entre 26 e 30 anos
 mais de 30 anos

2) Você atua na área da educação?

Sim Não

3) Assinale, em ordem de prioridade (1,2,3 e 4), as alternativas que indicam função da educação superior na atualidade :

- Transmissão de conhecimentos
 Formar para o mercado de trabalho
 Formar gerações
 Ensinar a ler e escrever

4) No seu entendimento, o momento atual expressa precarização ou valorização do trabalho docente? Justifique

5) Qual o principal desafio para os professores:

Salário

Espaço de trabalho adequado

Plano de carreira

Formação continuada

Outros: _____

6) Como você percebe a organização do tempo nas ações educativas?

Adequada

Inadequada

Razoável

Inexistente

Justifique:

7) Como você define “tempo”?

8) O que é o tempo no trabalho pedagógico?
